HISTÓRIA DA GUERRA DOS 30 ANOS NA ALEMANHA

FRIEDRICH SCHILLER

1791-1793

HISTÓRIA DA GUERRA DOS TRINTA ANOS NA ALEMANHA.

LIVRO I

Desde o início das guerras religiosas na Alemanha até à paz de Munster, quase nada de grande ou notável ocorreu no mundo político da Europa em que a Reforma não tivesse uma participação importante. Todos os acontecimentos deste período, se não se originaram, logo se misturaram com a questão da religião, e nenhum Estado era demasiado grande ou demasiado pequeno para sentir direta ou indiretamente mais ou menos a sua influência.

Contra a doutrina reformada e os seus adeptos, a Casa da Áustria dirigiu, quase exclusivamente, todo o seu imenso poder político. Na França, a Reforma acendeu uma guerra civil que, sob quatro reinados tempestuosos, abalou os alicerces do reino, trouxe exércitos estrangeiros para o coração do país e, durante meio século, tornou-o palco das mais tristes desordens. Foi também a Reforma que tornou o jugo espanhol intolerável para os flamengos e despertou neles tanto o desejo como a coragem de se libertarem dos seus grilhões, ao mesmo tempo que lhes forneceu principalmente os meios para a sua emancipação. E quanto à Inglaterra, todos os males com os quais Filipe II ameaçou Isabel foram principalmente destinados a vingar-se por ela ter tomado os seus súbditos protestantes sob a sua proteção e se ter colocado à frente de um partido religioso que era o seu objetivo e esforço extirpar. Na Alemanha, os cismas na Igreja produziram também um cisma político duradouro, que fez daquele país durante mais de um século o teatro da confusão, mas ao mesmo tempo levantou uma barreira firme contra a opressão política. Foi também principalmente a Reforma que primeiro atraiu as potências do Norte, a Dinamarca e a Suécia, para o sistema político da Europa; e embora por um lado a Liga Protestante tenha sido fortalecida pela sua adesão, por outro lado foi indispensável aos seus interesses. Estados que até então pouco se preocupavam com a existência uns dos outros adquiriram através da Reforma um atraente centro de interesse e começaram a ser unidos por novas simpatias políticas. E tal como através da sua influência surgiram novas relações entre cidadão e cidadão, e entre governantes e súbditos, relativas. Assim, através de um estranho curso de acontecimentos, as disputas

religiosas foram o meio de cimentar uma união mais estreita entre as nações da Europa.

Na verdade, temível e destrutivo foi o primeiro movimento em que esta simpatia política geral se anunciou; uma guerra desoladora de trinta anos que, desde o interior da Boémia até à foz do Escalda, e das margens do Pó até às costas do Báltico, devastou países inteiros, destruiu colheitas e reduziu cidades e aldeias a cinzas; que abriu uma sepultura para muitos milhares de combatentes e, durante meio século, sufocou as faíscas cintilantes da civilização na Alemanha e devolveu os costumes aprimorados do país à sua barbárie e selvageria primitivas. No entanto, desta guerra terrível, a Europa saiu livre e independente. Nele ela aprendeu pela primeira vez a reconhecer-se como uma comunidade de nações; e esta intercomunhão de estados, que teve origem na guerra dos trinta anos, pode por si só ser suficiente para reconciliar o filósofo com os seus horrores. A mão da indústria apagou gradualmente os vestígios da sua devastação, enquanto a sua influência benéfica ainda sobrevive; e esta simpatia geral entre os estados da Europa, que surgiu dos problemas na Boémia, é a nossa garantia para a continuação daquela paz que foi o resultado da guerra. Assim como as faíscas da destruição saíram do interior da Boêmia, da Morávia e da Áustria, para acender a Alemanha, a França e metade da Europa, também a tocha da civilização abrirá caminho para si mesma a partir desta última para iluminar a primeira. países.

Tudo isso foi efetuado pela religião. Somente a religião poderia ter tornado possível tudo o que foi realizado, mas estava longe de ser o ÚNICO motivo da guerra. Se as vantagens privadas e os interesses do Estado não estivessem intimamente ligados a ele, os argumentos dos teólogos seriam vãos e impotentes; e o clamor do povo nunca teria encontrado príncipes tão dispostos a defender a sua causa, nem as novas doutrinas encontraram campeões tão numerosos, corajosos e perseverantes. A Reforma deve-se, sem dúvida, em grande parte ao poder invencível da verdade, ou de opiniões que eram tidas como tais. Os abusos na velha igreja, o absurdo de muitos dos seus dogmas, a extravagância das suas requisições, revoltaram necessariamente os ânimos dos homens, já semivencidos com a promessa de uma luz melhor, e dispuseram-nos favoravelmente para as novas doutrinas. O encanto da independência, a rica pilhagem das instituições monásticas, tornaram a Reforma atraente aos olhos dos príncipes e tenderam não pouco a fortalecer as suas convicções interiores. Nada, porém, a não ser considerações políticas poderia tê-los levado a defendê-la. Se Carlos Quinto, na embriaguez do sucesso, não tivesse feito uma tentativa de independência dos Estados alemães, uma liga protestante dificilmente teria corrido às armas em defesa da liberdade de crença; se não fosse a ambição dos Guise, os calvinistas na França nunca teriam visto um Conde ou um Gaspard de Coligny à sua frente. Sem a cobrança do décimo e do vigésimo centavo, a Sé de Roma nunca havia

perdido os Países Baixos Unidos. Os príncipes lutavam em autodefesa ou para engrandecimento, enquanto o entusiasmo religioso recrutava os seus exércitos e lhes revelava os tesouros dos seus súbditos. Da multidão que seguiu seus padrões, aqueles que não foram atraídos pela esperança de pilhagem imaginaram que estavam lutando pela verdade, quando na verdade estavam derramando seu sangue pelos objetos pessoais de seus príncipes.

E foi bom para o povo que, nesta ocasião, os seus interesses coincidiram com os dos seus príncipes. Somente a esta coincidência eles deviam sua libertação do papado. Foi bom também para os governantes que o súdito também lutasse por sua própria causa, enquanto travava suas batalhas. Felizmente, nesta data, nenhum soberano europeu era tão absoluto que fosse capaz, na prossecução dos seus desígnios políticos, de prescindir da boa vontade dos seus súbditos. No entanto, quão difícil foi obter e pôr em prática esta boa vontade! Os argumentos mais impressionantes extraídos de razões de Estado caem impotentes aos ouvidos do sujeito, que raramente os compreende, e ainda mais raramente se interessa por eles. Em tais circunstâncias, o único caminho aberto a um príncipe prudente é conectar os interesses do gabinete com alguém que esteja mais próximo do coração do povo, se tal existir, ou, se não existir, criá-lo.

Em tal posição estava a maior parte dos príncipes que abraçaram a causa da Reforma. Por uma estranha concatenação de acontecimentos, as divisões da Igreja foram associadas a duas circunstâncias, sem as quais, com toda a probabilidade, teriam chegado a uma conclusão muito diferente. Estes foram o poder crescente da Casa da Áustria, que ameaçava as liberdades da Europa, e o seu zelo ativo pela velha religião. O primeiro despertou os príncipes, enquanto o segundo armou o povo.

A abolição de uma jurisdição estrangeira dentro dos seus próprios territórios, a supremacia em assuntos eclesiásticos, o confinamento do tesouro que há tanto tempo fluía para Roma, a rica pilhagem de fundações religiosas, eram vantagens tentadoras para todos os soberanos. Por que, então, pode-se perguntar, eles não operaram com igual força sobre os príncipes da Casa da Áustria? O que impediu esta casa, especialmente na sua filial alemã, de ceder às exigências urgentes de tantos dos seus súbditos e, a exemplo de outros príncipes, enriquecer à custa de um clero indefeso? É difícil acreditar que a crença na infalibilidade da Igreja Romana tenha tido maior influência na adesão piedosa desta casa do que a convicção oposta teve na revolta dos príncipes protestantes. Na verdade, várias circunstâncias combinaram-se para tornar os príncipes austríacos apoiantes zelosos do papado. A Espanha e a Itália, de onde a Áustria derivava a sua principal força, ainda eram devotadas à Sé de Roma com aquela obediência cega que, desde os tempos da dinastia gótica, tinha sido a característica peculiar dos espanhóis. A menor aproximação, num príncipe espanhol, dos princípios desagradáveis de Lutero e Calvino, teria alienado para sempre as afeições de seus súditos, e uma

deserção do Papa teria custado-lhe o reino. Um príncipe espanhol não tinha alternativa senão a ortodoxia ou a abdicação. A mesma restrição foi imposta à Áustria pelos seus domínios italianos, que ela foi obrigada a tratar, se possível, com ainda maior indulgência; por mais impacientes que fossem naturalmente com um jugo estrangeiro, e também possuindo meios prontos para se livrar dele. Além disso, no que diz respeito a estas últimas províncias, as pretensões rivais da França e a vizinhança do Papa foram motivos suficientes para impedir o Imperador de se declarar a favor de um partido que lutava para aniquilar a Sé Papal, e também para induzi-lo a mostrar o zelo mais ativo em favor da antiga religião. Estas considerações gerais, que devem ter tido o mesmo peso para todos os monarcas espanhóis, foram, no caso particular de Carlos V, reforçadas ainda mais por motivos peculiares e pessoais. Na Itália, esse monarca tinha um rival formidável, o rei da França, sob cuja proteção aquele país poderia se lançar no instante em que Carlos incorresse na menor suspeita de heresia. A desconfiança por parte dos católicos romanos e uma ruptura com a Igreja teriam sido fatais também para muitos dos seus desígnios mais queridos. Além disso, quando Carlos foi chamado pela primeira vez a fazer a sua eleição entre os dois partidos, a nova doutrina ainda não tinha alcançado uma influência plena e dominante, e ainda subsistia uma perspectiva de sua reconciliação com o antigo. Em seu filho e sucessor, Filipe II, uma educação monástica combinada com uma disposição sombria e despótica para gerar uma hostilidade absoluta a todas as inovações na religião; um sentimento que a ideia de que os seus mais formidáveis adversários políticos eram também inimigos da sua fé não foi calculada para enfraquecer. Como as suas possessões europeias, dispersas como estavam por tantos países, estavam por todos os lados expostas às seduções das opiniões estrangeiras, o progresso da Reforma em outros quadrantes não poderia muito bem ser uma questão indiferente para ele. Os seus interesses imediatos, portanto, incitavam-no a apegar-se com devoção à velha igreja, a fim de fechar as fontes do contágio herético. Assim, as circunstâncias naturalmente colocaram este príncipe à frente da liga que os católicos romanos formaram contra os reformadores. Os princípios que orientaram os longos e ativos reinados de Carlos V e Filipe II permaneceram uma lei para seus sucessores; e quanto mais se ampliava a brecha na Igreja, mais firme se tornava o apego dos espanhóis ao catolicismo romano.

A linha alemã da Casa da Áustria era aparentemente mais livre; mas, na realidade, embora livre de muitas destas restrições, ainda estava confinado por outras. A posse do trono imperial - uma dignidade que era impossível para um protestante manter (pois com que consistência poderia um apóstata da Igreja Romana usar a coroa de um imperador romano?) Vinculava os sucessores de Fernando I à Sé de Roma. O próprio Fernando estava, por motivos de consciência, profundamente ligado a isso. Além disso, os príncipes alemães da Casa da Áustria não eram suficientemente poderosos

para dispensar o apoio da Espanha, que, no entanto, teriam perdido pela menor demonstração de inclinação para as novas doutrinas. A dignidade imperial também exigia que preservassem o sistema político existente na Alemanha, com o qual a manutenção da sua própria autoridade estava intimamente ligada, mas que o objetivo da Liga Protestante era destruir. Se a estes motivos acrescentarmos a indiferença dos protestantes às necessidades do imperador e aos perigos comuns do império, as suas invasões nas temporalidades da Igreja e a sua violência agressiva quando se tornaram conscientes do seu próprio poder, podemos facilmente conceber como tantos motivos concorrentes devem ter determinado os imperadores a ficarem do lado do papado, e como os seus próprios interesses passaram a estar intimamente entrelaçados com os da Igreja Romana. Como o seu destino parecia depender inteiramente da parte assumida pela Áustria, os príncipes desta casa passaram a ser considerados por toda a Europa como os pilares do papado. O ódio, portanto, que os protestantes sentiam contra estes últimos, voltou-se exclusivamente contra a Áustria; e a causa foi gradualmente confundida com seu protetor.

Mas este inimigo irreconciliável da Reforma – a Casa da Áustria – através dos seus projetos ambiciosos e da força esmagadora que poderia trazer para o seu apoio, pôs em perigo, em grande medida, a liberdade da Europa, e mais especialmente dos Estados alemães. Esta circunstância não poderia deixar de despertar estes últimos da sua segurança e torná-los vigilantes em legítima defesa. Os seus recursos comuns eram insuficientes para resistir a um poder tão formidável. Esforços extraordinários eram exigidos de seus súditos; e quando mesmo estes se revelaram longe de serem adequados, recorreram à ajuda externa; e, por meio de uma liga comum, esforçaram-se por se opor a um poder que, isoladamente, não conseguiram resistir.

Mas os fortes incentivos políticos que os príncipes alemães tiveram para resistir às pretensões da Casa da Áustria, naturalmente, não se estenderam aos seus súbditos. São apenas as vantagens imediatas ou os males imediatos que colocam as pessoas em ação, e para estes uma política sólida não pode esperar. Teria então sido ruim para esses príncipes se, por sorte, outro motivo eficaz não tivesse se apresentado, o que despertou as paixões do povo e acendeu neles um entusiasmo que poderia ser dirigido contra o perigo político, como tendo consigo um causa comum de alarme.

Este motivo foi o seu ódio declarado à religião que a Áustria protegia e o seu apego entusiástico a uma doutrina que aquela Câmara tentava extirpar pelo fogo e pela espada. O seu apego era ardente, o seu ódio invencível. O fanatismo religioso antecipa até os perigos mais remotos. O entusiasmo nunca calcula seus sacrifícios. O que o perigo mais urgente do Estado não conseguiu obter dos cidadãos foi efetuado pelo zelo religioso. Pelo Estado, ou pelo príncipe, poucos teriam desembainhado a espada; mas no que diz respeito à religião, o comerciante, o artista, o camponês, todos alegremente pegaram em

armas. Para o Estado, ou para o príncipe, até mesmo o menor imposto adicional teria sido evitado; mas pela religião o povo prontamente apostou ao mesmo tempo a vida, a fortuna e todas as esperanças terrenas. Triplicou as contribuições que fluíam para o erário dos príncipes e os exércitos que marchavam para o campo; e, na ardente excitação produzida em todas as mentes pelo perigo a que sua fé estava exposta, o sujeito não sentia a pressão daqueles fardos e privações sob os quais, em momentos mais frios, ele teria afundado exausto. Os terrores da Inquisição Espanhola e o massacre de São Bartolomeu, obtiveram para o Príncipe de Orange, o Almirante Gaspard de Coligny, a Rainha Elizabeth britânica e os príncipes protestantes da Alemanha, suprimentos de homens e dinheiro de seus súditos, até certo ponto o que atualmente é inconcebível.

Mas, com todos os seus esforços, teriam pouco efeito contra uma potência que superava qualquer adversário, por mais poderoso que fosse. Neste período de política imperfeita, apenas circunstâncias acidentais poderiam determinar que Estados distantes proporcionassem apoio mútuo. As diferenças de governo, de leis, de língua, de costumes e de caráter, que até então mantinham nações e países inteiros isolados, e ergueram uma barreira duradoura entre eles, tornaram um Estado insensível às angústias de outro, salvo onde o ciúme nacional poderia entregar-se a uma alegria maliciosa diante dos reveses de um rival. Esta barreira a Reforma destruiu. Um interesse mais intenso e mais imediato do que o engrandecimento nacional ou o patriotismo, e inteiramente independente da utilidade privada, começou a animar Estados inteiros e cidadãos individuais; um interesse capaz de unir nações numerosas e distantes, embora muitas vezes perdesse força entre os súditos de um mesmo governo. Com os habitantes de Genebra, por exemplo, da Inglaterra, da Alemanha ou da Holanda, o calvinista francês possuía um ponto comum de união que não tinha com os seus próprios compatriotas. Assim, num aspecto importante, ele deixou de ser cidadão de um único Estado e de limitar as suas opiniões e simpatias apenas ao seu próprio país. A esfera de seus pontos de vista foi ampliada. Ele começou a calcular seu próprio destino a partir do destino de outras nações da mesma profissão religiosa e a fazer sua a causa deles. Agora, pela primeira vez, os príncipes aventuraram-se a submeter os assuntos de outros países aos seus próprios conselhos; pela primeira vez poderiam esperar um ouvido atento às suas próprias necessidades e pronta assistência de outros. As relações exteriores tornaram-se agora uma questão de política interna, e essa ajuda foi prontamente concedida ao confederado religioso, o que teria sido negado ao mero vizinho, e ainda mais ao estrangeiro distante. O habitante do Palatinado deixa os seus campos natais para lutar lado a lado com o seu associado religioso da França, contra o inimigo comum da sua fé. O huguenote desembainha a espada contra o país que o persegue e derrama o seu sangue em defesa das liberdades da Holanda. A Suíça está posicionada contra a Suíça; Alemão contra Alemão, para determinar, nas

margens do Loire e do Sena, a sucessão da coroa francesa. O dinamarquês atravessa o Eider, e o sueco o Báltico, para quebrar as correntes que são forjadas para a Alemanha.

É difícil dizer qual teria sido o destino da Reforma e das liberdades do Império, se o formidável poder da Áustria não tivesse se declarado contra eles. Parece, no entanto, certo que nada atenuou tão completamente as esperanças austríacas de uma monarquia universal como a guerra obstinada que tiveram de travar contra as novas opiniões religiosas. Em nenhuma outra circunstância os príncipes mais fracos poderiam ter incitado os seus súbditos a esforços tão extraordinários contra a ambição da Áustria, ou os próprios Estados uniram-se tão estreitamente contra o inimigo comum.

O poder da Áustria nunca foi tão elevado como depois da vitória que Carlos V obteve sobre os alemães em Muehlberg. Com o tratado de Smalcalde, a liberdade da Alemanha ficou, ao que parecia, prostrada para sempre; mas reviveu sob Maurício da Saxônia, que já foi seu inimigo mais formidável. Todos os frutos da vitória de Muehlberg foram novamente perdidos no congresso de Passau e na dieta de Augsburgo; e todos os esquemas de opressão civil e religiosa terminaram nas concessões de uma paz equitativa.

A Dieta de Augsburgo dividiu a Alemanha em dois partidos religiosos e dois políticos, ao reconhecer os direitos independentes e a existência de ambos. Até então, os protestantes eram vistos como rebeldes; doravante, eles deveriam ser considerados irmãos - não por afeição, mas por necessidade. Nesse ínterim, a Confissão de Augsburgo foi autorizada a ocupar temporariamente um lugar de irmã ao lado da antiga religião, embora apenas como uma vizinha tolerada.

A cada Estado secular foi concedido o direito de estabelecer a religião que reconhecesse como suprema e exclusiva dentro dos seus próprios territórios, e de proibir a profissão aberta do seu rival. Os súditos deveriam ser livres para deixar um país onde sua própria religião não fosse tolerada. As doutrinas de Lutero receberam pela primeira vez uma sanção positiva; e se foram pisoteados na Baviera e na Áustria, predominaram na Saxônia e na Turíngia. Mas só os soberanos deveriam determinar que forma de religião deveria prevalecer nos seus territórios; os sentimentos dos sujeitos que não tinham representantes na dieta foram pouco atendidos na pacificação. Nos territórios eclesiásticos, de fato, onde a religião não reformada gozava de uma supremacia indiscutível, o livre exercício da sua religião foi obtido para todos os que anteriormente tinham abraçado as doutrinas protestantes; mas esta indulgência baseava-se apenas na garantia pessoal de Fernando, Rei dos Romanos, por cujos esforços esta paz foi principalmente efetuada; uma garantia que, sendo rejeitada pelos membros católicos romanos da Dieta, e apenas inserida no tratado sob o seu protesto, não poderia, evidentemente, ter força de lei.

Se fossem apenas as opiniões que assim dividiam as mentes dos homens, com que indiferença todos teriam considerado a divisão! Mas destas opiniões dependiam riquezas, dignidades e direitos; e foi isso que agravou tão profundamente os males da divisão. De dois irmãos, por assim dizer, que até então gozavam de uma herança paterna comum, um agora permaneceu, enquanto o outro foi obrigado a deixar a casa do pai, e daí surgiu a necessidade de dividir o patrimônio. Para esta separação, que ele não poderia ter previsto, o pai não tomou nenhuma providência. Pelas doações beneficentes de ancestrais piedosos, as riquezas da igreja foram acumuladas ao longo de mil anos, e esses benfeitores foram tanto os progenitores do irmão que partiu quanto daquele que permaneceu. O direito de herança deveria então ser limitado à casa paterna ou estendido ao sangue? As doações foram feitas à igreja em comunhão com Roma, porque naquela época não existia outra - ao primogênito, por assim dizer, porque ele ainda era o único filho. Seria então um direito de primogenitura ser admitido na igreja, como nas famílias nobres? Deveriam as pretensões de uma parte ser favorecidas por uma prescrição de tempos em que as reivindicações da outra não poderiam ter surgido? Poderiam os luteranos ser justamente excluídos destas possessões, para as quais a benevolência dos seus antepassados tinha contribuído, apenas com o fundamento de que, à data da sua fundação, as diferenças entre o luteranismo e o romanismo eram desconhecidas? Ambas as partes discutiram, e ainda discutem, com igual plausibilidade, sobre estes pontos. Ambos acharam difícil provar que estavam certos. A lei só pode ser aplicada a casos concebíveis, e talvez os fundamentos espirituais não estejam entre estes, e menos ainda onde as condições dos fundadores geralmente se estendiam a um sistema de doutrinas; pois como é concebível que seja feita uma dotação permanente de opiniões deixadas abertas à mudança?

O que a lei não pode decidir é geralmente determinado pelo poder, e foi esse o caso aqui. Um partido manteve firmemente tudo o que já não lhe podia ser arrancado; o outro defendeu o que ainda possuía. Todos os bispados e abadias que foram secularizados ANTES da paz permaneceram com os protestantes; mas, por meio de uma cláusula expressa, os católicos não reformados estabeleceram que ninguém deveria ser secularizado posteriormente. Todo apropriador de uma fundação eclesiástica, que detivesse imediatamente o Império, fosse eleitor, bispo ou abade, perdeu seu benefício e dignidade no momento em que abraçou a crença protestante; ele foi obrigado, nesse caso, a renunciar instantaneamente aos seus emolumentos, e o capítulo deveria proceder a uma nova eleição, exatamente como se seu lugar tivesse sido desocupado pela morte. Por esta âncora sagrada da Reserva Eclesiástica, ('Reservatum Ecclesiasticum'), que torna a existência temporal de um príncipe espiritual inteiramente dependente da sua fidelidade à religião antiga, a Igreja Católica Romana na Alemanha ainda é mantida firme; e precária, na verdade, seria a sua situação se esta âncora cedesse. O princípio

da Reserva Eclesiástica sofreu forte oposição dos protestantes; e embora tenha sido finalmente adotado no tratado de paz, sua inserção foi qualificada com a declaração de que as partes não haviam chegado a uma decisão final sobre o assunto. Poderia então ser mais vinculativo para os protestantes do que a garantia de Fernando em favor dos súditos protestantes dos estados eclesiásticos foi para os católicos romanos? Assim, dois assuntos importantes de disputa ficaram sem solução no tratado de paz, e por eles a guerra foi reacendida.

Tal era a situação em relação à tolerância religiosa e à propriedade eclesiástica: o mesmo acontecia em relação aos direitos e dignidades. O sistema alemão existente previa apenas uma igreja, porque só existia uma quando esse sistema foi estruturado. A igreja agora estava dividida; a Dieta dividiu-se em dois partidos religiosos; todo o sistema do Império ainda seguiria exclusivamente aquele? Os imperadores até então eram membros da Igreja Romana, porque até agora essa religião não tinha rival. Mas foi a sua ligação com Roma que constituiu um imperador alemão, ou não foi antes a Alemanha que deveria ser representada na sua cabeça? Os protestantes estavam agora espalhados por todo o Império, e como poderiam ainda ser representados com justiça por uma linhagem ininterrupta de imperadores católicos romanos? Na Câmara Imperial os Estados alemães julgam-se a si próprios, pois elegem os juízes; era o fim da sua instituição que o fizessem, para que a justiça igual fosse dispensada a todos; mas será que isso ainda seria possível se os representantes de ambas as profissões não fossem igualmente admissíveis a um assento na Câmara? O fato de uma única religião existir apenas na Alemanha na época de seu estabelecimento foi acidental; que nenhuma propriedade deveria ter os meios de oprimir legalmente outra, era o propósito essencial da instituição. Ora, este objetivo seria inteiramente frustrado se um partido religioso tivesse o poder exclusivo de decidir pelo outro. Deve, então, o projeto ser sacrificado, porque aquilo que era meramente acidental mudou? Com grande dificuldade os protestantes conseguiram finalmente para os representantes da sua religião um lugar no Conselho Supremo, mas ainda assim estava longe de haver uma perfeita igualdade de vozes. Até hoje nenhum príncipe protestante foi elevado ao trono imperial.

Independentemente do que se possa dizer da igualdade que a paz de Augsburgo deveria ter estabelecido entre as duas igrejas alemãs, a católica romana ainda tinha inquestionavelmente a vantagem. Tudo o que a Igreja Luterana ganhou com isso foi tolerância; tudo o que a Igreja Romana concedeu foi um sacrifício à necessidade, não uma oferta à justiça. Muito longe de ser uma paz entre duas potências iguais, mas uma trégua entre um soberano e rebeldes não conquistados. Deste princípio todos os procedimentos dos católicos romanos contra os protestantes pareciam fluir, e ainda continuam a fluir. Aderir à fé reformada ainda era um crime, visto que seria punido com uma pena tão severa quanto aquela que a Reserva

Eclesiástica mantinha suspensa sobre a apostasia dos príncipes espirituais. Até o fim, a Igreja Romana preferiu arriscar a perda de tudo pela força, do que entregar voluntariamente o menor assunto à justiça. A perda foi acidental e pode ser reparada; mas o abandono das suas pretensões, a concessão de um único ponto aos protestantes, abalaria os alicerces da própria igreja. Mesmo no tratado de paz este princípio não foi perdido de vista. Tudo o que nesta paz foi cedido aos protestantes esteve sempre sob condição. Foi expressamente declarado que os assuntos permaneceriam nas condições estipuladas apenas até o próximo concílio geral, que seria convocado com o objetivo de efetuar uma união entre as duas confissões. Só então, quando esta última tentativa tivesse falhado, é que o tratado religioso se tornaria válido e conclusivo. Por menor que fosse a esperança de tal reconciliação, por menor que os próprios romanistas estivessem empenhados nisso, ainda assim era algo ter obstruído a paz com estas estipulações.

Assim, este tratado religioso, que extinguiria para sempre as chamas da guerra civil, foi, na verdade, apenas uma trégua temporária, extorquida pela força e pela necessidade; não é ditado pela justiça, nem emana de noções justas de religião ou de tolerância. Um tratado religioso deste tipo os católicos romanos eram tão incapazes de conceder, para ser sincero, como na verdade os luteranos não estavam qualificados para receber. Longe de evidenciar um espírito tolerante para com os católicos romanos, quando este estava em seu poder, eles até oprimiram os calvinistas; que na verdade mereciam pouca tolerância, uma vez que não estavam dispostos a praticá-la. Para tal paz, os tempos ainda não estavam maduros - as mentes dos homens ainda não eram suficientemente esclarecidas. Como poderia uma parte esperar de outra o que ela mesma era incapaz de realizar? O que cada lado salvou ou ganhou com o tratado de Augsburgo deveu-se à atitude imponente de força que manteve no momento da sua negociação. O que foi conquistado pela força deveria ser mantido também pela força; se a paz fosse permanente, as duas partes nela deveriam preservar as mesmas posições relativas. Os limites das duas igrejas foram demarcados à espada; com a espada eles devem ser preservados, ou ai daquele grupo que deveria ser desarmado primeiro! Uma perspectiva triste e assustadora para a tranquilidade da Alemanha, quando a própria paz tinha um aspecto tão ameaçador.

Uma calmaria momentânea tomou conta do império; um vínculo transitório de concórdia parecia unir seus membros dispersos em um só corpo, de modo que por um tempo também retornou um sentimento de bem-estar comum. Mas a divisão penetrou no seu ser mais íntimo e era impossível restaurar a sua harmonia original. Embora o tratado de paz parecesse ter definido cuidadosamente os direitos de ambas as partes, a sua interpretação foi, no entanto, objeto de muitas disputas. No calor do conflito, produziu-se a cessação das hostilidades; cobriu, mas não extinguiu, o incêndio, e reivindicações insatisfeitas permaneceram de ambos os lados. Os romanistas

imaginaram que tinham perdido muito, os protestantes, que tinham ganhado muito pouco; e o tratado que nenhuma das partes se aventurava a violar foi interpretado por cada uma a seu favor.

A apreensão dos benefícios eclesiásticos, o motivo que tão fortemente tentou a maioria dos príncipes protestantes a abraçar as doutrinas de Lutero, não foi menos poderosa depois do que antes da paz; daqueles cujos fundadores não possuíam seus feudos imediatamente do império, como os que ainda não estavam em sua posse, seria evidente que logo o aconteceriam. Toda a Baixa Alemanha já estava secularizada; e se aconteceu de outra forma na Alta Alemanha, foi devido à veemente resistência dos católicos, que ali tinham a preponderância. Cada partido, onde era o mais poderoso, oprimia os adeptos do outro; os príncipes eclesiásticos em particular, como os membros mais indefesos do império, eram incessantemente atormentados pela ambição dos seus vizinhos protestantes. Aqueles que eram demasiado fracos para repelir a força pela força, refugiaram-se sob as asas da justiça; e as queixas de espoliação foram acumuladas contra os protestantes na Câmara Imperial, que estava suficientemente pronta para perseguir os acusados com julgamentos, mas encontrou muito pouco apoio para levá-los a efeito. A paz que estipulou a tolerância religiosa completa para os dignitários do Império, providenciou também para o súdito, permitindo-lhe, sem interrupção, deixar o país onde o exercício da sua religião era proibido. Mas dos erros que a violência de um soberano pode infligir a um sujeito desagradável; das opressões anônimas pelas quais ele poderia assediar e incomodar o emigrante; das armadilhas astutas em que a sutileza combinada com o poder poderia enredá-lo - destas, a letra morta do tratado não poderia lhe proporcionar nenhuma proteção. Os súbditos católicos dos príncipes protestantes queixaram-se ruidosamente das violações da paz religiosa – os luteranos ainda mais ruidosamente da opressão que sofreram sob os seus suseranos romanistas. O rancor e as animosidades dos teólogos infundiram veneno em cada ocorrência, por mais insignificante que fosse, e inflamaram a mente do povo. Feliz teria sido se este ódio teológico tivesse esgotado o seu zelo sobre o inimigo comum, em vez de descarregar o seu vírus sobre os adeptos de uma fé semelhante!

A unanimidade entre os protestantes poderia, ao preservar o equilíbrio entre as partes em conflito, ter prolongado a paz; mas, como para completar a confusão, toda a concórdia foi rapidamente quebrada. As doutrinas que foram propagadas por Zuingli em Zurique e por Calvino em Genebra logo se espalharam pela Alemanha e dividiram os protestantes entre si, com pouca coisa em uníssono, exceto o ódio comum ao papado. Os protestantes desta época tinham apenas uma ligeira semelhança com aqueles que, cinquenta anos antes, redigiram a Confissão de Augsburgo; e a causa da mudança deve ser procurada na própria Confissão. Ela prescreveu um limite positivo para a fé protestante, antes que o recém-despertado espírito de investigação se tivesse satisfeito quanto aos limites que deveria estabelecer; e os protestantes

pareciam ter involuntariamente desperdiçado grande parte da vantagem adquirida pela sua rejeição do papado. Queixas comuns da hierarquia romana e dos abusos eclesiásticos, e uma desaprovação comum dos seus dogmas, formaram um centro de união suficiente para os protestantes; mas não satisfeitos com isso, buscaram um ponto de encontro na promulgação de um credo novo e positivo, no qual procuravam incorporar as distinções, os privilégios e a essência da igreja, e a isso referiram a convenção celebrada com seus adversários. Foram como adeptos deste credo que aderiram ao tratado; e nos benefícios desta paz só os defensores da confissão tinham o direito de participar. De qualquer forma, portanto, a situação dos seus adeptos era embaraçosa. Se se rendesse uma obediência cega aos ditames da Confissão, seria estabelecido um limite duradouro ao espírito de investigação; se, por outro lado, discordassem das fórmulas acordadas, perder-se-ia o ponto de união. Infelizmente, ambos os incidentes ocorreram, e os maus resultados de ambos foram rapidamente sentidos. Um partido aderiu rigorosamente ao símbolo original da fé, e o outro abandonou-o, apenas para adoptar outro com igual exclusividade.

Nada poderia ter fornecido ao inimigo comum uma defesa mais plausível da sua causa do que esta dissensão; nenhum espetáculo poderia ter sido mais gratificante para ele do que o rancor com que os protestantes se perseguiam alternadamente. Quem poderia condenar os católicos romanos, se eles rissem da audácia com que os reformadores presumiram anunciar a única crença verdadeira? - se dos protestantes eles tomassem emprestadas as armas contra os protestantes? apegaram-se firmemente à autoridade de sua própria igreja, pela qual, em parte, falava uma antiguidade honrosa e uma pluralidade de vozes ainda mais honrosa. Mas esta divisão colocou os protestantes em embaraços ainda mais sérios. Como os patos do tratado se aplicavam apenas aos partidários da Confissão, os seus oponentes, com alguma razão, pediram-lhes que explicassem quem deveriam ser reconhecidos como adeptos daquele credo. Os luteranos não poderiam, sem ofender a consciência, incluir os calvinistas em sua comunhão, exceto sob o risco de converter um amigo útil em um inimigo perigoso, caso os excluíssem. Esta infeliz diferença abriu caminho para que as maquinações dos Jesuítas semeassem a desconfiança entre ambos os partidos e destruíssem a unidade das suas medidas. Agrilhoados pelo duplo medo dos seus adversários diretos e dos seus oponentes entre si, os protestantes perderam para sempre a oportunidade de colocar a sua igreja em perfeita igualdade com a católica. Todas estas dificuldades teriam sido evitadas, e a deserção dos calvinistas não teria prejudicado a causa comum, se o ponto de união tivesse sido colocado simplesmente no abandono do romanismo, em vez de na Confissão de Augsburgo.

Mas, embora divididos noutros pontos, concordaram num ponto: a segurança que resultou da igualdade de poder só poderia ser mantida pela

preservação desse equilíbrio. Entretanto, as reformas contínuas de um partido e as medidas opostas do outro mantiveram ambos sob vigilância, enquanto a interpretação do tratado religioso era um assunto de disputa sem fim. Cada parte sustentava que cada passo dado pelo seu oponente era uma infração à paz, enquanto cada movimento próprio afirmava que era essencial para a sua manutenção. No entanto, todas as medidas dos católicos não resultaram, como alegaram os seus oponentes, de um espírito de invasão - muitas delas eram as precauções necessárias de autodefesa. Os protestantes mostraram de forma bastante inequívoca o que os romanistas poderiam esperar se tivessem a infelicidade de se tornarem o partido mais fraco. A ganância dos primeiros pela propriedade da igreja não dava motivos para esperar indulgência; - seu ódio amargo não deixava esperança de magnanimidade ou tolerância.

Mas os protestantes, da mesma forma, eram desculpáveis se também depositassem pouca confiança na sinceridade dos católicos romanos. Pelo tratamento traiçoeiro e desumano que seus irmãos na Espanha, França e Holanda sofreram; pelo vergonhoso subterfúgio dos príncipes romanos, que sustentavam que o Papa tinha poder para livrá-los da obrigação dos juramentos mais solenes; e acima de tudo, pela máxima detestável de que a fé não deveria ser mantida com os hereges, a Igreja Romana, aos olhos de todos os homens honestos, havia perdido a sua honra. Nenhum compromisso, nenhum juramento, por mais sagrado que fosse, de um católico romano, poderia satisfazer um protestante. Que segurança poderia então proporcionar a paz religiosa, quando, em toda a Alemanha, os jesuítas a representavam como uma medida de mera conveniência temporária, e na própria Roma ela era solenemente repudiada.

O Conselho Geral, ao qual se fazia referência no tratado, já se realizara na cidade de Trento; mas, como poderia ter sido previsto, sem acomodar as diferenças religiosas, ou dar um único passo para efetuar tal acomodação, e mesmo sem ser atendido pelos protestantes. Estes últimos, de fato, foram agora solenemente excomungados por ele em nome da igreja, cujo representante o Concílio se declarou ser. Poderia, então, um tratado secular, extorquido, além disso, pela força das armas, proporcionar-lhes proteção adequada contra a proibição da Igreja; um tratado também baseado numa condição que a decisão do Conselho parecia abolir inteiramente? Houve então uma demonstração de direito por violar a paz, se apenas os romanistas possuíssem o poder; e daí em diante os protestantes foram protegidos por nada além do respeito por sua formidável formação.

Outras circunstâncias combinaram-se para aumentar esta desconfiança. A Espanha, em cujo apoio confiavam principalmente os romanistas na Alemanha, estava envolvida num conflito sangrento com os flamengos. Por ela, a flor das tropas espanholas foi atraída para os confins da Alemanha. Com que facilidade poderiam ser introduzidos no império, se um golpe decisivo tornasse necessária a sua presença? A Alemanha era naquela época um

armazém de guerra para quase todas as potências da Europa. A guerra religiosa lotou-a de soldados, que a paz deixou na miséria; seus muitos príncipes independentes acharam fácil reunir exércitos e depois, por uma questão de ganho ou de interesse do partido, alugá-los a outras potências. Com as tropas alemãs, Filipe II travou uma guerra contra os Países Baixos, e com as tropas alemãs eles se defenderam. Cada uma dessas taxas na Alemanha era motivo de alarme para uma parte ou outra, uma vez que poderia ter como objetivo a sua opressão. A chegada de um embaixador, de um legado extraordinário do Papa, de uma conferência de príncipes, de cada incidente incomum, devia, pensava-se, estar prenhe de destruição para alguma parte. Assim, durante quase meio século, a Alemanha permaneceu com a mão na espada; cada farfalhar de folha a alarmava.

Fernando I, rei da Hungria, e seu excelente filho, Maximiliano II, ocuparam nesta época memorável as rédeas do governo. Com o coração cheio de sinceridade, com uma paciência verdadeiramente heroica, Fernando conseguiu a paz religiosa de Augsburgo e depois, no Concílio de Trento, trabalhou assiduamente, embora em vão, na ingrata tarefa de reconciliar as duas religiões. Abandonado pelo seu sobrinho, Filipe de Espanha, e duramente pressionado tanto na Hungria como na Transilvânia pelos exércitos vitoriosos dos turcos, não era provável que este imperador cogitasse a ideia de violar a paz religiosa e, assim, destruir o seu próprio trabalho doloroso. As pesadas despesas da guerra perpetuamente recorrente com a Turquia não podiam ser custeadas pelas escassas contribuições dos seus esgotados domínios hereditários. Ele precisava, portanto, da ajuda de todo o império; e só a paz religiosa preservou num só corpo o império de outra forma dividido. As necessidades financeiras tornaram o protestante tão necessário para ele quanto o romanista, e impuseram-lhe a obrigação de tratar ambas as partes com justiça igual, o que, em meio a tantas reivindicações contraditórias, era verdadeiramente uma tarefa colossal. Muito longe, porém, estava o resultado da resposta às suas expectativas. Sua indulgência para com os protestantes serviu apenas para trazer sobre seus sucessores uma guerra, que a morte salvou a si mesmo da mortificação de testemunhar. Não mais afortunado foi o seu filho Maximiliano, com quem talvez a pressão das circunstâncias fosse o único obstáculo, e uma vida mais longa talvez o único desejo, para estabelecer a nova religião no trono imperial. A necessidade ensinou ao pai tolerância para com os protestantes – a necessidade e a justiça ditaram o mesmo caminho ao filho. O neto tinha motivos para se arrepender de não ter dado ouvidos à justiça nem cedido à necessidade.

Maximiliano deixou seis filhos, dos quais o mais velho, o arquiduque Rodolfo, herdou seus domínios e ascendeu ao trono imperial. Os outros irmãos foram desencorajados com apanágios mesquinhos. Alguns feudos intermediários eram mantidos por um ramo colateral, liderado por seu tio, Carlos da Estíria; e mesmo estes foram posteriormente, sob seu filho,

Fernando II, incorporados aos demais domínios da família. Com esta excepção, todo o poder imponente da Áustria era agora exercido por uma única mão, mas infelizmente fraca.

Rodolfo II não era desprovido daquelas virtudes que poderiam ter-lhe conquistado a estima da humanidade, caso lhe caísse a sorte de uma posição privada. Seu caráter era brando, ele amava a paz e as ciências, principalmente a astronomia, a história natural, a química e o estudo das antiguidades. A estes aplicou-se com um zelo apaixonado, que, no preciso momento em que a postura crítica dos assuntos exigia toda a sua atenção, e as suas finanças esgotadas a economia mais rígida, desviou a sua atenção dos assuntos de Estado e envolveu-o em despesas perniciosas. Seu gosto pela astronomia logo se perdeu naqueles devaneios astrológicos aos quais temperamentos tímidos e melancólicos como o dele estão excessivamente propensos. Isto, juntamente com um jovem falecido na Espanha, abriu seus ouvidos aos maus conselhos dos jesuítas e à influência da corte espanhola, pela qual finalmente foi totalmente governado. Governado por gostos tão pouco condizentes com a dignidade de sua posição, e alarmado por profecias ridículas, ele retirou-se, segundo o costume espanhol, dos olhos de seus súditos, para se enterrar entre suas pedras preciosas e antiguidades, ou para fazer experiências em seus laboratórios, enquanto as discórdias mais fatais afrouxavam todas as amarras do império, e as chamas da rebelião começavam a explodir nas próprias pegadas de seu trono. Todo o acesso à sua pessoa foi negado, os assuntos mais urgentes foram negligenciados. A perspectiva da rica herança da Espanha estava fechada contra ele, enquanto ele tentava decidir oferecer a mão à infanta Isabel. Uma terrível anarquia ameaçava o Império, pois embora não tivesse um herdeiro próprio, ele não poderia ser persuadido a permitir a eleição de um Rei dos Romanos. Os Estados austríacos renunciaram à sua lealdade, a Hungria e a Transilvânia despojaram-se da sua supremacia e a Boémia não demorou a seguir o seu exemplo. O descendente do outrora formidável Carlos Quinto estava em perigo perpétuo, seja de perder uma parte de suas posses para os turcos, ou outra para os protestantes, e de afundar, além da redenção, sob a formidável coalizão que um grande monarca da Europa havia se formado contra ele. Os eventos que agora aconteciam no interior da Alemanha foram os que geralmente aconteciam quando o trono estava sem imperador ou o imperador sem o senso de sua dignidade imperial. Indignados ou abandonados pelo seu chefe, os Estados do Império foram deixados à própria sorte; e as alianças entre si devem suprir a autoridade defeituosa do Imperador. A Alemanha estava dividida em duas ligas, que se posicionavam em armas uma contra a outra: entre ambas, Rodolfo, o oponente desprezado de uma e o protetor impotente da outra, permanecia indeciso e inútil, igualmente incapaz de destruir o primeiro ou de comandar o segundo. O que o Império deveria esperar de um príncipe incapaz até mesmo de defender seus domínios hereditários contra seus inimigos internos? Para evitar a ruína total

da Casa da Áustria, a sua própria família uniu-se contra ele; e um partido poderoso se jogou nos braços de seu irmão. Expulso de seus domínios hereditários, nada mais lhe restava a perder, a não ser a dignidade imperial; e ele só foi poupado desta última desgraça por uma morte oportuna.

Neste momento crítico, quando apenas uma política flexível, unida a um braço vigoroso, poderia ter mantido a tranquilidade do Império, o seu génio maligno deu-lhe um Rodolfo para Imperador. Num período mais pacífico, a União Germânica teria gerido os seus próprios interesses, e Rodolph, como tantos outros da sua posição, poderia ter escondido as suas deficiências numa obscuridade misteriosa. Mas a exigência urgente das qualidades que lhe eram mais deficientes revelava a sua incapacidade. A posição da Alemanha exigia um imperador que, pelas suas conhecidas energias, pudesse dar peso às suas resoluções; e os domínios hereditários de Rodolfo, por mais consideráveis que fossem, encontravam-se atualmente numa situação que causava o maior embaraço aos governadores.

Os príncipes austríacos, é verdade, eram católicos romanos e, além disso, apoiantes do papado, mas os seus países estavam longe de o ser. As opiniões reformadas penetraram até mesmo neles e, favorecidas pelas necessidades de Fernando e pela brandura de Maximiliano, tiveram um rápido sucesso. As províncias austríacas exibiram em miniatura o que a Alemanha fez numa escala maior. Os grandes nobres e a classe média prussiana ou cavaleiros eram principalmente evangélicos, e nas cidades os protestantes tinham uma preponderância decidida. Se conseguissem trazer alguns membros do seu partido para o país, conseguiam imperceptivelmente preencher todos os lugares de confiança e de magistratura com os seus próprios adeptos e excluir os católicos. Contra a numerosa ordem dos nobres e cavaleiros, e dos deputados das cidades, a voz de alguns prelados era impotente; e o ridículo indecoroso e o desprezo ofensivo dos primeiros logo os afastaram inteiramente das dietas provinciais. Assim, toda a Dieta Austríaca tornou-se imperceptivelmente protestante, e a Reforma estava a fazer rápidos progressos no sentido do seu reconhecimento público. O príncipe dependia dos Estados, que tinham o poder de conceder ou recusar suprimentos. Consequentemente, eles aproveitaram as necessidades financeiras de Fernando e seu filho para extorquir uma concessão religiosa após a outra. Aos nobres e cavaleiros, Maximiliano finalmente concedeu o livre exercício da sua religião, mas apenas dentro dos seus próprios territórios e castelos. O entusiasmo destemperado dos pregadores protestantes ultrapassou os limites prescritos pela prudência. Desafiando a proibição expressa, vários deles aventuraram-se a pregar publicamente, não apenas nas cidades, mas na própria Viena, e o povo acorreu em multidões a esta nova doutrina, cujo melhor tempero era a personalidade e o abuso. Assim, o alimento contínuo foi fornecido ao fanatismo, e o ódio de duas igrejas, que eram vizinhas tão próximas, foi ainda mais envenenado pela ferroada de um zelo impuro.

Entre os domínios hereditários da Casa da Áustria, a Hungria e a Transilvânia eram os mais instáveis e os mais difíceis de manter. A impossibilidade de manter estes dois países contra o poder vizinho e esmagador dos turcos já tinha levado Fernando ao expediente inglório de reconhecer, através de um tributo anual, a supremacia da Porta sobre a Transilvânia; uma vergonhosa confissão de fraqueza e uma tentação ainda mais perigosa para a nobreza turbulenta, quando imaginavam ter algum motivo para reclamar de seu mestre. Não foi sem condições que os húngaros se submeteram à Casa da Áustria. Eles afirmaram a liberdade eletiva da sua coroa e lutaram corajosamente por todas as prerrogativas da sua ordem que são inseparáveis desta liberdade de eleição. A proximidade da Turquia e a facilidade de mudar de senhor impunemente encorajaram ainda mais a presunção dos magnatas; descontentes com o governo austríaco, atiraram-se nos braços dos turcos; insatisfeitos com estes, voltaram novamente para os seus soberanos alemães. A frequência e a rapidez destas transições de um governo para outro comunicaram as suas influências também ao seu modo de pensar; e à medida que o seu país oscilava entre o domínio turco e o austríaco, as suas mentes oscilavam entre a revolta e a submissão. Quanto mais infeliz cada nação se sentia ao ser degradada em província de um reino estrangeiro, mais forte sentia o desejo de obedecer a um monarca escolhido entre eles, e assim era sempre fácil para um nobre empreendedor obter o seu apoio. O paxá turco mais próximo estava sempre pronto a conceder o cetro e a coroa húngaros a um rebelde contra a Áustria; igualmente pronta estava a Áustria para confirmar a qualquer aventureiro a posse das províncias que ele havia arrancado da Porta, satisfeita em preservar assim a sombra da autoridade e em erguer ao mesmo tempo uma barreira contra os turcos. Desta forma, vários destes magnatas, Batbori, Boschkai, Ragoczi e Bethlen, conseguiram estabelecer-se, um após outro, como soberanos tributários na Transilvânia e na Hungria; e eles mantiveram sua posição por nenhuma política mais profunda do que a de ocasionalmente se juntarem ao inimigo, a fim de se tornarem mais formidáveis para seu próprio príncipe.

Fernando, Maximiliano e Rodolfo, que eram todos soberanos da Hungria e da Transilvânia, esgotaram os seus outros territórios na tentativa de defendê-los das incursões hostis dos turcos e de reprimir a rebelião intestinal. Neste bairro, guerras destrutivas foram sucedidas, mas por breves tréguas, que não foram menos dolorosas: por toda parte a terra estava devastada, enquanto o servo ferido tinha de queixar-se igualmente do seu inimigo e do seu protetor. Nestes países também a Reforma penetrou; e protegido pela liberdade dos Estados, e sob o manto das desordens internas, tinha feito um progresso notável. Também aqui foi atacado incautamente, e o espírito partidário tornou-se ainda mais perigoso devido ao entusiasmo religioso. Liderados por um rebelde ousado, Boschkai, os nobres da Hungria e da Transilvânia ergueram o estandarte da rebelião. Os insurgentes húngaros estavam prestes

a fazer causa comum com os protestantes descontentes na Áustria, na Morávia e na Boémia, e unir todos esses países numa revolta terrível. A queda do papado nestas terras teria então sido inevitável.

Há muito que os arquiduques austríacos, irmãos do imperador, contemplavam com indignação silenciosa a ruína iminente da sua casa; este último acontecimento apressou a sua decisão. O arquiduque Matias, segundo filho de Maximiliano, vice-rei na Hungria e presumível herdeiro de Rodolfo, agora se apresentava como o suporte da casa em queda dos Habsburgos. Na sua juventude, enganado por uma falsa ambição, este príncipe, desconsiderando os interesses da sua família, ouviu as propostas dos insurgentes flamengos, que o convidaram para ir aos Países Baixos para conduzir a defesa das suas liberdades contra a opressão do seu próprio parente, Filipe II. Confundindo a voz de uma fação isolada com a de toda a nação, Matthias obedeceu ao chamado. Mas o evento atendeu tão pouco às expectativas dos homens de Brabante quanto às suas, e dessa empresa imprudente ele se retirou com pouco crédito.

Muito mais honrosa foi a sua segunda aparição no mundo político. Percebendo que seus repetidos protestos contra o Imperador eram inúteis, ele reuniu os arquiduques, seus irmãos e primos, em Presburg, e consultou-os sobre os perigos crescentes de sua casa, quando eles unanimemente atribuíram a ele, como o mais velho, o dever de defendendo aquele patrimônio que um irmão débil colocava em perigo. Em suas mãos colocaram todos os seus poderes e direitos, e conferiram-lhe autoridade soberana, para agir a seu critério para o bem comum. Matias imediatamente abriu comunicação com a Porta e os rebeldes húngaros e, através de sua gestão hábil, conseguiu salvar, por meio de uma paz com os turcos, o restante da Hungria e, por meio de um tratado com os rebeldes, preservou as reivindicações da Áustria aos perdidos. províncias. Mas Rodolfo, tão zeloso como até então descuidado da sua autoridade soberana, recusou-se a ratificar este tratado, que considerou uma usurpação criminosa dos seus direitos soberanos. Ele acusou o arquiduque de manter um entendimento secreto com o inimigo e de nutrir planos traiçoeiros para a coroa da Hungria.

A atividade de Matias foi, na verdade, tudo menos desinteressada; a conduta do imperador apenas acelerou a execução de suas ambiciosas opiniões. Seguro, por motivos de gratidão, da devoção dos húngaros, para quem recentemente obteve as bênçãos da paz; assegurado pelos seus agentes da disposição favorável dos nobres, e certo do apoio de um grande partido, mesmo na Áustria, aventurou-se agora a assumir uma atitude mais ousada e, de espada na mão, a discutir as suas queixas com o imperador. Os protestantes na Áustria e na Morávia, há muito maduros para a revolta, e agora conquistados pelo arquiduque pelas suas promessas de tolerância, defenderam ruidosamente e abertamente a sua causa, e a sua aliança há muito ameaçada com os rebeldes húngaros foi efetivamente efetuada. Quase imediatamente,

uma formidável conspiração foi planejada e amadurecida contra o Imperador. Tarde demais ele decidiu corrigir seus erros passados; em vão ele tentou romper esta aliança fatal. Todo o império já estava em armas; A Hungria, a Áustria e a Morávia prestaram homenagem a Matias, que já estava em marcha para a Boémia para capturar o imperador no seu palácio e cortar imediatamente os nervos do seu poder.

A Boêmia não era uma possessão mais pacífica para a Áustria do que a Hungria; com a única diferença de que, nestes últimos, considerações políticas, no primeiro, dissensões religiosas, fomentaram desordens. Na Boêmia, um século antes dos dias de Lutero, a primeira faísca da guerra religiosa foi acesa; um século depois de Lutero, as primeiras chamas da guerra dos trinta anos irromperam na Boêmia. A seita que deveu a sua ascensão a John Huss ainda existia naquele país; - concordava com a Igreja Romana em cerimônias e doutrinas, com a única exceção da administração da Comunhão, na qual os hussitas se comunicavam em ambos os tipos. Este privilégio foi concedido aos seguidores de Huss pelo Concílio de Basileia, num tratado expresso (o Pato da Boémia); e embora tenha sido posteriormente rejeitado pelos papas, eles continuaram a lucrar com isso sob a sanção do governo. Como o uso da taça constituía a única distinção importante de seu corpo, eles eram geralmente designados pelo nome de Utraquistas; e eles prontamente adotaram uma denominação que os lembrava de seu tão valioso privilégio. Mas sob este título espreitavam também as seitas muito mais rigorosas dos Irmãos da Boémia e da Morávia, que diferiam da igreja predominante em detalhes mais importantes, e tinham, de fato, uma grande semelhança com os protestantes alemães. Entre ambos, as opiniões alemã e suíça sobre a religião progrediram rapidamente; enquanto o nome de utraquistas, sob o qual conseguiram disfarçar a mudança dos seus princípios, protegeu-os da perseguição.

Na verdade, eles não tinham nada em comum com os utraquistas, a não ser o nome; essencialmente, eles eram totalmente protestantes. Confiantes na força do seu partido e na tolerância do imperador sob Maximiliano, eles confessaram abertamente os seus princípios. Seguindo o exemplo dos alemães, eles redigiram uma Confissão própria, na qual tanto os luteranos como os calvinistas reconheciam as suas próprias doutrinas, e procuraram transferir para a nova Confissão os privilégios dos utraquistas originais. Nisso eles foram combatidos por seus compatriotas católicos romanos e forçados a ficar satisfeitos com a garantia verbal de proteção do Imperador.

Enquanto Maximiliano viveu, eles gozaram de total tolerância, mesmo sob a nova forma que assumiram. Sob seu sucessor, o cenário mudou. Apareceu um édito imperial que privou os irmãos da Boêmia de sua liberdade religiosa. Ora, estes não diferiam em nada dos outros Utraquistas. A sentença, portanto, de sua condenação incluía obviamente todos os partidários da Confissão Boêmia. Assim, todos se combinaram para se opor ao mandato imperial na

Dieta, mas sem conseguirem a sua revogação. O Imperador e os Estados Católicos Romanos apoiaram-se no Pato e na Constituição da Boémia; em que nada apareceu a favor de uma religião que ainda não tinha obtido a voz do país. Desde então, quão completamente as coisas mudaram! O que então formava apenas uma opinião insignificante, tornou-se agora a religião predominante do país. E o que foi então, senão um subterfúgio para limitar uma religião recentemente difundida pelos termos de tratados obsoletos? Os protestantes boêmios apelaram para a garantia verbal de Maximiliano e para a liberdade religiosa dos alemães, com quem argumentavam que deveriam estar em pé de igualdade. Foi em vão – o apelo foi rejeitado.

Tal era a situação na Boémia, quando Matias, já senhor da Hungria, da Áustria e da Morávia, apareceu em Kolin, para levantar os Estados da Boémia também contra o Imperador. O constrangimento deste último estava agora no auge. Abandonado por todos os seus outros súditos, ele depositou suas últimas esperanças nos boêmios, que, como era de se prever, aproveitariam suas necessidades para fazer cumprir suas próprias demandas. Após um intervalo de muitos anos, ele apareceu mais uma vez publicamente na Dieta de Praga; e para convencer o povo de que ele realmente ainda existia, foram dadas ordens para que todas as janelas fossem abertas nas ruas por onde ele passaria - prova suficiente de quão longe as coisas haviam ido com ele. O evento justificou seus temores. Os Estados, conscientes do seu próprio poder, recusaram-se a dar um único passo até que os seus privilégios fossem confirmados e a tolerância religiosa lhes fosse plenamente assegurada. Foi em vão recorrer agora ao antigo sistema de evasão. O destino do Imperador estava nas mãos deles e ele deveria ceder à necessidade. No momento, porém, ele apenas atendeu às outras exigências — questões religiosas que ele reservou para consideração na próxima Dieta.

Os boêmios pegaram então em armas em defesa do imperador, e uma guerra sangrenta entre os dois irmãos estava a ponto de estourar. Mas Rodolfo, que nada mais temia do que permanecer nesta dependência servil dos Estados, não esperou por uma questão bélica, mas apressou-se em efetuar uma reconciliação com seu irmão por meios mais pacíficos. Por um ato formal de abdicação, ele renunciou a Matias, o que na verdade não teve chance de arrancar dele, a Áustria e o reino da Hungria, e o reconheceu como seu sucessor na coroa da Boêmia.

Claramente, o Imperador se livrou de uma dificuldade, apenas para se envolver imediatamente em outra. A resolução dos assuntos religiosos da Boêmia foi encaminhada para a Dieta seguinte, realizada em 1609. Os boêmios reformados exigiam o livre exercício de sua fé, como no caso dos antigos imperadores; um Consistório próprio; a cessão da Universidade de Praga; e o direito de eleger 'Defensores', ou 'Protetores' da 'Liberdade', de seu próprio corpo. A resposta foi a mesma de antes; pois o tímido imperador estava agora totalmente agrilhoado pelo partido não reformado. Por mais

frequente e por mais ameaçadora que fosse a linguagem com que os Estados renovassem os seus protestos, o Imperador persistiu na sua primeira declaração de não conceder nada além do antigo pato. A Dieta acabou sem chegar a uma decisão; e os Estados, exasperados contra o Imperador, organizaram uma assembleia geral em Praga, por sua própria autoridade, para se endireitarem.

Eles apareceram em Praga com grande força. Desafiando a proibição imperial, eles levaram a cabo as suas deliberações quase sob os olhos do Imperador. A submissa obediência que ele começou a demonstrar apenas provou o quanto eles eram temidos e aumentou sua audácia. No entanto, no ponto principal, ele permaneceu inflexível. Eles cumpriram as suas ameaças e finalmente resolveram estabelecer, pelo seu próprio poder, o exercício livre e universal da sua religião, e abandonar o Imperador às suas necessidades até que ele confirmasse esta resolução. Eles foram ainda mais longe e elegeram para si os DEFENSORES que o Imperador lhes havia recusado. Dez foram indicados por cada um dos três Estados; eles também decidiram formar, o mais rápido possível, uma força armada, à frente da qual o conde Thurn, o principal organizador da revolta, deveria ser colocado como defensor geral das liberdades da Boêmia. A determinação deles levou o imperador à submissão, à qual ele foi agora aconselhado até pelos espanhóis. Apreensivo com a possibilidade de os exasperados Estados se atirarem nos braços do Rei da Hungria, assinou a memorável Carta de Majestade para a Boémia, pela qual, sob os sucessores do Imperador, aquele povo justificava a sua rebelião.

A Confissão Boêmia, que os Estados apresentaram ao Imperador Maximiliano, foi, pela Carta de Majestade, colocada em pé de igualdade com a antiga profissão. Os Utraquistas, pois com este título os protestantes boémios continuaram a designar-se, foram colocados na posse da Universidade de Praga e permitiram um Consistório próprio, inteiramente independente da sé arquiepiscopal daquela cidade. Todas as igrejas nas cidades, vilas e cidades mercantis que eles mantinham na data da carta foram asseguradas a eles; e se, além disso, desejassem erigir outros, era permitido aos nobres, aos cavaleiros e às cidades livres fazê-lo. Esta última cláusula da Carta de Majestade deu origem às infelizes disputas que posteriormente reacenderam as chamas da guerra na Europa.

A Carta de Majestade elevou a parte protestante da Boémia numa espécie de república. Os Estados aprenderam a sentir o poder que conquistaram pela perseverança, unidade e harmonia nas suas medidas. O Imperador retinha agora pouco mais do que a sombra da sua autoridade soberana; ao passo que pela nova dignidade dos chamados defensores da liberdade foi dado um perigoso estímulo ao espírito de revolta. O exemplo e o sucesso da Boémia proporcionaram uma sedução tentadora aos outros domínios hereditários da Áustria, e todos tentaram, por meios semelhantes, extorquir privilégios semelhantes. O espírito de liberdade espalhou-se de uma província para outra;

e como foi principalmente a desunião entre os príncipes austríacos que permitiu aos protestantes melhorar tão materialmente as suas vantagens, eles agora apressaram-se a efetuar uma reconciliação entre o imperador e o rei da Hungria.

Mas a reconciliação não poderia ser sincera. O erro era grande demais para ser perdoado, e Rodolfo continuou a nutrir no coração um ódio inextinguível por Matias. Com tristeza e indignação, ele refletiu sobre o pensamento de que o cetro da Boêmia finalmente cairia nas mãos de seu inimigo; e a perspectiva não era mais consoladora, mesmo que Matias morresse sem descendência. Nesse caso, Fernando, arquiduque de Graetz, de quem ele igualmente não gostava, era o chefe da família. Para excluir este último, bem como Matias, da sucessão ao trono da Boêmia, ele decidiu desviar essa herança para o irmão de Fernando, o arquiduque Leopoldo, bispo de Passau, que entre todos os seus parentes sempre foi o mais querido e mais querido. merecedor. Os preconceitos dos boêmios em favor da liberdade eletiva de sua coroa e seu apego à pessoa de Leopoldo pareciam favorecer esse esquema, no qual Rodolfo consultava mais sua própria parcialidade e vingança do que o bem de sua casa. Mas para levar a cabo este projeto era necessária uma força militar, e Rodolfo reuniu efetivamente um exército no bispado de Passau. O objetivo desta força foi escondido de todos. Uma incursão, porém, que, por falta de pagamento, fez repentinamente e sem o conhecimento do imperador na Boêmia, e os ultrajes que ali cometeu, incitaram todo o reino contra ele. Em vão ele afirmou sua inocência perante os estados da Boêmia; eles não acreditariam em seus protestos; em vão ele tentou conter a violência de sua tropa; eles desconsideraram suas ordens. Persuadidos de que o objetivo do Imperador era anular a Carta de Majestade, os Protetores da Liberdade armaram toda a Boêmia Protestante e convidaram Matias para o país. Após a dispersão da força que reunira em Passau, o imperador permaneceu indefeso em Praga, onde foi mantido encerrado como um prisioneiro no seu palácio e separado de todos os seus conselheiros. Nesse ínterim, Matias entrou em Praga em meio a alegria universal, onde Rodolfo logo depois ficou fraco o suficiente para reconhecê-lo rei da Boêmia. Um destino tão difícil se abateu sobre este imperador; ele foi obrigado, durante sua vida, a abdicar em favor de seu inimigo aquele mesmo trono, do qual ele tentava privá-lo após sua própria morte. Para completar a sua degradação, foi obrigado, por um ato pessoal de renúncia, a libertar os seus súbditos na Boémia, na Silésia e na Lusácia da sua lealdade, e fê-lo com o coração partido. Todos, mesmo aqueles que ele pensava ter mais apego à sua pessoa, o abandonaram. Depois de assinar o instrumento, jogou o chapéu no chão e roeu a caneta que prestara um serviço tão vergonhoso.

Embora Rodolfo tenha perdido um domínio hereditário após outro, a dignidade imperial não foi muito melhor mantida por ele. Cada um dos partidos religiosos em que a Alemanha estava dividida continuou os seus

esforços para avançar à custa do outro, ou para se proteger contra os seus ataques. Quanto mais fraca era a mão que segurava o cetro, e quanto mais os protestantes e os católicos romanos se sentiam abandonados a si mesmos, mais vigilante se tornava necessariamente a sua vigilância e maior a sua desconfiança uns dos outros. Bastava que o imperador fosse governado por jesuítas e guiado por conselhos espanhóis para despertar a apreensão dos protestantes e proporcionar um pretexto para a hostilidade. O zelo precipitado dos Jesuítas, que no púlpito e pela imprensa contestavam a validade da paz religiosa, aumentou esta desconfiança e fez com que os seus adversários vissem um desígnio perigoso nas medidas mais indiferentes dos católicos romanos. Cada passo dado nos domínios hereditários do Imperador, para a repressão da religião reformada, certamente chamaria a atenção de todos os protestantes da Alemanha; e este apoio poderoso que os súbditos reformados da Áustria encontraram, ou esperavam encontrar, dos seus confederados religiosos no resto da Alemanha, não foi uma pequena causa da sua confiança e do rápido sucesso de Matias. Era crença geral do Império que eles deviam o longo gozo da paz religiosa meramente às dificuldades em que o Imperador foi colocado pelos problemas internos em seus domínios e, consequentemente, não tinham pressa em libertá-lo deles.

Quase todos os assuntos da Dieta foram negligenciados, quer por procrastinação do Imperador, quer por culpa dos Estados Protestantes, que tinham decidido não fazer provisões para as necessidades comuns do Império até que as suas próprias queixas fossem removidas. Estas queixas relacionavam-se principalmente com o mau governo do Imperador; a violação do tratado religioso, e as presunçosas usurpações do Conselho Áulico, que no atual reinado começou a alargar a sua jurisdição às custas da Câmara Imperial. Antigamente, em todas as disputas entre os Estados, que não podiam ser resolvidas pela lei do clube, os imperadores decidiam, em última instância, por si próprios, se o caso fosse insignificante, e em conjunto com os príncipes, se fosse importante; ou eles os determinaram pelo conselho dos juízes imperiais que seguiram o tribunal. Esta jurisdição superior eles atribuíram, no final do século XV, a um tribunal regular e permanente, a Câmara Imperial das Torres, na qual os Estados do Império, para que não fossem oprimidos pela nomeação arbitrária do Imperador, reservaram-se o direito de eleger os assessores e de rever periodicamente os seus decretos. Pela paz religiosa, esses direitos dos Estados (chamados direitos de apresentação e visitação) foram estendidos também aos luteranos, de modo que os juízes protestantes tivessem voz nas causas protestantes e uma aparente igualdade fosse obtida para ambas as religiões neste supremo. tribunal.

Mas os inimigos da Reforma e da liberdade dos Estados, vigilantes para tirar partido de todos os incidentes que favorecessem as suas opiniões, rapidamente encontraram meios para neutralizar os efeitos benéficos desta instituição. Uma jurisdição suprema sobre os Estados Imperiais foi

gradualmente e habilmente usurpada por um tribunal imperial privado, o Conselho Áulico de Viena, um tribunal inicialmente destinado apenas a aconselhar o Imperador no exercício das suas indubitáveis prerrogativas imperiais e pessoais; um tribunal, cujos membros eram nomeados e remunerados por ele, não tinha lei senão o interesse de seu mestre, e nenhum padrão de equidade senão o avanço da religião não reformada da qual eram partidários. Diante do Conselho Áulico foram agora instaurados vários processos originados entre Estados de religião diferente e que, portanto, pertenciam propriamente à Câmara Imperial. Não foi surpreendente que os decretos deste tribunal trouxessem vestígios da sua origem; se os interesses da Igreja Romana e do Imperador fossem preferidos à justiça pelos juízes católicos romanos e pelas criaturas do Imperador. Embora todos os estados da Alemanha parecessem ter motivos iguais para resistir a um abuso tão perigoso, apenas os protestantes, que mais sensatamente o sentiram, e mesmo estes não todos de uma vez e em conjunto, apresentaram-se como defensores da liberdade alemã, que o estabelecimento de um tribunal tão arbitrário ultrajou o seu ponto mais sagrado, a administração da justiça. Na verdade, a Alemanha teria poucos motivos para se felicitar pela abolição da lei dos clubes e pela instituição da Câmara Imperial, se um tribunal arbitrário do Imperador pudesse interferir nesta última. Os Estados do Império Alemão teriam de fato melhorado pouco em relação aos dias da barbárie, se a Câmara de Justiça em que se sentavam juntamente com o Imperador como juízes, e para a qual tinham abandonado a sua prerrogativa principesca original, deixasse de ser um tribunal. do último recurso. Mas as mais estranhas contradições eram encontradas naquela época nas mentes dos homens. O nome de Imperador, um resquício do despotismo romano, ainda estava associado a uma ideia de autocracia, que, embora formasse uma inconsistência ridícula com os privilégios dos Estados, era, no entanto, defendida pelos juristas, difundida pelos partidários do despotismo, e acreditado pelos ignorantes.

A estas queixas gerais foi gradualmente acrescentada uma cadeia de incidentes singulares, que por fim converteram a ansiedade dos protestantes em total desconfiança. Durante as perseguições espanholas nos Países Baixos, várias famílias protestantes refugiaram-se em Aquisgrama, uma cidade imperial, e apegada à fé católica romana, onde se estabeleceram e alargaram insensivelmente os seus adeptos. Tendo conseguido por estratagema introduzir alguns dos seus membros no conselho municipal, exigiram uma igreja e o exercício público do seu culto, e sendo a exigência recebida desfavoravelmente, conseguiram pela violência aplicá-la, e também usurpar todo o governo de a cidade. Ver uma cidade tão importante nas mãos dos protestantes foi um golpe muito pesado para o imperador e os católicos romanos. Depois de todos os pedidos e ordens do Imperador para a restauração do antigo governo terem se mostrado ineficazes, o Conselho

Áulico proclamou a cidade sob a proibição do Império, que, no entanto, não entrou em vigor até o reinado seguinte.

De ainda maior importância foram duas outras tentativas dos protestantes para ampliar a sua influência e o seu poder. O Eleitor Gebhard, de Colônia, (nascido Truchsess - [Grão-mestre da cozinha.] - de Waldburg,) concebeu para a jovem condessa Agnes, de Mansfield, Cônego de Gerresheim, uma paixão que não deixou de ser correspondida. Como os olhos de toda a Alemanha se voltaram para esta relação, os irmãos da condessa, dois zelosos calvinistas, exigiram satisfação pela honra ferida da sua casa, que, enquanto o eleitor permanecesse um prelado católico romano, não poderia ser reparada por casado. Ameaçaram o eleitor de que lavariam a mancha do sangue dele e do sangue da irmã, a menos que ele abandonasse qualquer ligação com a condessa ou consentisse em restabelecer a reputação dela no altar. O eleitor, indiferente a todas as consequências deste passo, não ouviu senão a voz do amor. Quer tenha sido em consequência de sua inclinação anterior para as doutrinas reformadas, ou porque apenas os encantos de sua amante efetuaram essa maravilha, ele renunciou à fé católica romana e conduziu a bela Inês ao altar.

Este evento foi da maior importância. Pela letra da cláusula que reservava os estados eclesiásticos do funcionamento geral da paz religiosa, o eleitor havia, por sua apostasia, perdido todos os direitos às temporalidades de seu bispado; e se, em qualquer caso, era importante para os católicos fazer cumprir a cláusula, isso era especialmente no caso dos eleitorados. Por outro lado, a renúncia a uma dignidade tão elevada foi um sacrifício severo, e especialmente no caso de um marido terno, que desejava aumentar o valor do seu coração e da sua mão através da dádiva de um principado. Além disso, o Reservatum Ecclesiasticum era um artigo controverso do tratado de Augsburgo; e todos os protestantes alemães estavam cientes da extrema importância de arrancar este quarto eleitorado dos oponentes de sua fé. - [A Saxônia, Brandemburgo e o Palatinado já eram protestantes.] - O exemplo já havia sido dado em vários dos benefícios eclesiásticos. da Baixa Alemanha, e compareceu com sucesso. Vários cônegos de Colônia também já haviam abraçado a confissão protestante e estavam do lado do eleitor, enquanto, na própria cidade, ele podia contar com o apoio de um numeroso partido protestante. Todas estas considerações, grandemente fortalecidas pelas persuasões dos seus amigos e parentes, e pelas promessas de vários tribunais alemães, determinaram o eleitor a manter os seus domínios, enquanto mudava de religião.

Mas logo ficou claro que ele havia participado de uma competição que não poderia levar a cabo. Mesmo a livre tolerância do serviço protestante dentro dos territórios de Colônia já havia ocasionado uma oposição violenta por parte dos cânones e dos "Estados" católicos romanos daquela província. A intervenção do imperador e a proibição papal de Roma, que anatematizou o

eleitor como apóstata e o privou de todas as suas dignidades, temporais e espirituais, armaram seus próprios súditos e seu capítulo contra ele. O Eleitor reuniu uma força militar; o capítulo fez o mesmo. Para garantir também a ajuda de um braço forte, procederam imediatamente a uma nova eleição e escolheram o bispo de Liège, um príncipe da Baviera.

Começou então uma guerra civil que, devido ao forte interesse que ambos os partidos religiosos na Alemanha necessariamente sentiam na conjuntura, provavelmente terminaria numa ruptura geral da paz religiosa. O que mais indignou os protestantes foi que o Papa deveria ter presumido, por um pretenso poder apostólico, privar um príncipe do império das suas dignidades imperiais. Mesmo nos dias dourados do seu domínio espiritual, esta prerrogativa do Papa tinha sido contestada; quão mais provável seria que fosse questionado num período em que a sua autoridade era totalmente rejeitada por um partido, enquanto mesmo o outro se apoiava numa base instável. Todos os príncipes protestantes encararam calorosamente o caso contra o imperador; e Henrique IV. da França, então rei de Navarra, não deixou de tentar nenhum meio de negociação para incitar os príncipes alemães à afirmação vigorosa dos seus direitos. A questão decidiria para sempre as liberdades da Alemanha. Quatro vozes protestantes contra três vozes católicas romanas no Colégio Eleitoral devem ter dado imediatamente a preponderância à primeira e excluído para sempre a Casa da Áustria do trono imperial.

Mas o eleitor Gebhard abraçou a religião calvinista, não a luterana; e esta circunstância por si só foi sua ruína. O rancor mútuo destas duas igrejas não permitiria que os Estados Luteranos considerassem o Eleitor como um dos seus partidos e, como tal, prestassem-lhe o seu apoio eficaz. Na verdade, todos o encorajaram e prometeram ajuda; mas apenas um príncipe da Casa Palatina, o Palsgrave John Casimir, um calvinista zeloso, manteve sua palavra. Apesar da proibição imperial, ele apressou-se com seu pequeno exército nos territórios de Colônia; mas sem poder efetuar nada, porque o Eleitor, desprovido até do mais básico, deixou-o totalmente sem ajuda. Tanto mais rápido foi o progresso do eleitor recém-escolhido, a quem as suas relações bávaras e os espanhóis dos Países Baixos apoiaram com o máximo vigor. As tropas de Gebhard, deixadas sem remuneração pelo seu mestre, abandonaram um lugar após outro ao inimigo; por quem outros foram obrigados a se render. Nos seus territórios da Vestefália, Gebhard resistiu por mais algum tempo, até que também aqui foi finalmente obrigado a ceder à força superior. Depois de várias tentativas vãs na Holanda e na Inglaterra para obter meios para sua restauração, ele retirou-se para o Capítulo de Estrasburgo e morreu reitor daquela catedral; o primeiro sacrifício à Reserva Eclesiástica, ou melhor, à falta de harmonia entre os protestantes alemães.

A esta disputa em Colônia logo se somou outra em Estrasburgo. Vários cônegos protestantes de Colônia, que haviam sido incluídos na mesma

proibição papal que o eleitor, refugiaram-se neste bispado, onde também mantinham prebendas. Como os cânones católicos romanos de Estrasburgo hesitaram em permitir-lhes, por estarem sob proibição, o gozo das suas prebendas, eles tomaram posse violenta dos seus benefícios, e o apoio de um poderoso partido protestante entre os cidadãos logo lhes deu a preponderância no capítulo. Os outros cônegos retiraram-se então para a Alsácia-Saverne, onde, sob a proteção do bispo, estabeleceram-se como o único capítulo legal e denunciaram o que permaneceu em Estrasburgo como ilegal. Estes últimos, entretanto, fortaleceram-se tanto com a recepção de vários colegas protestantes de alto escalão, que puderam aventurar-se, após a morte do bispo, a nomear um novo bispo protestante na pessoa de João Jorge de Brandemburgo. Os cânones católicos romanos, longe de permitir esta eleição, nomearam o Bispo de Metz, um príncipe de Lorena, para essa dignidade, que anunciou a sua promoção iniciando imediatamente as hostilidades contra os territórios de Estrasburgo.

Aquela cidade pegou agora em armas em defesa do seu capítulo protestante e do Príncipe de Brandemburgo, enquanto o outro partido, com a ajuda das tropas de Lorena, esforçou-se por dominar as temporalidades do capítulo. A consequência foi uma guerra tediosa que, segundo o espírito da época, foi acompanhada de devastações bárbaras. Em vão o Imperador interveio com a sua autoridade suprema para encerrar a disputa; a propriedade eclesiástica permaneceu por muito tempo dividida entre os dois partidos, até que finalmente o príncipe protestante, por um equivalente pecuniário moderado, renunciou às suas reivindicações; e assim, também nesta disputa, a Igreja Romana saiu vitoriosa.

Um acontecimento que, logo após o ajuste desta disputa, ocorreu em Donauwerth, cidade livre da Suabia, foi ainda mais crítico para toda a Alemanha protestante. Nesta cidade outrora católica romana, os protestantes, durante os reinados de Fernando e do seu filho, tornaram-se, como habitualmente, tão completamente predominantes, que os católicos romanos foram obrigados a contentar-se com uma igreja no Mosteiro da Santa Cruz., e por medo de ofender os protestantes, foram até obrigados a suprimir a maior parte dos seus ritos religiosos. Por fim, um fanático abade deste mosteiro aventurou-se a desafiar os preconceitos populares e a organizar uma procissão pública, precedida pela cruz e pelas bandeiras hasteadas; mas ele logo foi obrigado a desistir da tentativa. Quando, um ano depois, encorajado por uma proclamação imperial favorável, o mesmo abade tentou renovar esta procissão, os cidadãos procederam à violência aberta. Os habitantes fecharam os portões contra os monges quando eles retornaram, pisotearam suas cores e os seguiram para casa com clamor e insultos. Uma citação imperial foi a consequência deste ato de violência; e como a população exasperada até ameaçou atacar os comissários imperiais, e todas as tentativas de um ajuste amigável foram frustradas pelo fanatismo da multidão, a cidade foi finalmente

colocada formalmente sob a proibição do Império, cuja execução foi confiada a Maximiliano, Duque da Baviera. Os cidadãos, outrora tão insolentes, foram tomados de terror com a aproximação do exército bávaro; a pusilanimidade agora os possuía, embora antes tão cheios de desafio, e eles depuseram as armas sem desferir um golpe. A abolição total da religião protestante dentro dos muros da cidade foi o castigo da sua rebelião; foi privada de seus privilégios e, de cidade livre da Suabia, convertida em cidade municipal da Baviera.

Duas circunstâncias relacionadas com este processo devem ter despertado fortemente a atenção dos protestantes, mesmo que os interesses da religião tivessem sido menos poderosos nas suas mentes. Em primeiro lugar, a sentença foi pronunciada pelo Concílio Áulico, um tribunal arbitrário e exclusivamente católico romano, cuja jurisdição, além disso, foi tão calorosamente contestada por eles; e em segundo lugar, a sua execução foi confiada ao duque da Baviera, chefe de outro círculo. Estas medidas inconstitucionais pareciam ser os arautos de novas medidas violentas do lado católico romano, o resultado, provavelmente, de conferências secretas e desígnios perigosos, que talvez pudessem terminar na total subversão da sua liberdade religiosa.

Em circunstâncias em que a lei da força prevalece e a segurança depende apenas do poder, a parte mais fraca é naturalmente a mais ocupada em colocar-se numa postura de defesa. Este era agora o caso na Alemanha. Se os católicos romanos realmente meditassem algum mal contra os protestantes na Alemanha, a probabilidade era que o golpe recaísse sobre o sul e não sobre o norte, porque, na Baixa Alemanha, os protestantes estavam ligados entre si através de uma longa e ininterrupta extensão de país, e poderiam, portanto, facilmente combinar-se para o seu apoio mútuo; enquanto os do sul, separados uns dos outros e cercados por todos os lados por estados católicos romanos, estavam expostos a todas as incursões. Se, além disso, como era de se esperar, os católicos aproveitaram-se das divisões entre os protestantes e lançaram o seu ataque contra um dos partidos religiosos, foram os calvinistas que, como os mais fracos e, além disso, excluídos do sistema religioso, tratado, estavam aparentemente em maior perigo, e sobre eles provavelmente cairia o primeiro ataque.

Ambas as circunstâncias ocorreram nos domínios do Eleitor Palatino, que possuía, no Duque da Baviera, um vizinho formidável, e que, devido à sua deserção para o Calvinismo, não recebeu nenhuma proteção da Paz Religiosa, e tinha pouca esperança de sucesso. socorro dos estados luteranos. Nenhum país da Alemanha tinha experimentado tantas revoluções religiosas em tão pouco tempo como o Palatinado. No espaço de sessenta anos, este país, um brinquedo infeliz nas mãos dos seus governantes, adotou duas vezes as doutrinas de Lutero e duas vezes as abandonou pelo calvinismo. O Eleitor Frederico III. abandonou primeiro a confissão de Augsburg, que seu filho

mais velho e sucessor, Lewis, imediatamente restabeleceu. Os calvinistas em todo o país foram privados das suas igrejas, os seus pregadores e até mesmo os seus professores foram banidos para além das fronteiras; enquanto o príncipe, em seu zelo luterano, os perseguiu até mesmo em seu testamento, nomeando apenas luteranos estritos e ortodoxos como guardiões de seu filho, um menor. Mas este testamento ilegal foi desconsiderado pelo seu irmão, o Conde Palatino, João Casimiro, que, pelos regulamentos da Bula de Ouro, assumiu a tutela e administração do Estado. Professores calvinistas foram dados ao eleitor Frederico IV, então com apenas nove anos de idade, a quem foi ordenado, se necessário, expulsar a heresia luterana da alma de seu aluno com golpes. Se tal foi o tratamento do soberano, o dos súditos pode ser facilmente concebido.

Foi sob este Frederico que a Corte Palatina se esforçou tão vigorosamente para unir os estados protestantes da Alemanha em medidas conjuntas contra a Casa da Áustria e, se possível, provocar a formação de uma confederação geral. Além de este tribunal sempre ter sido guiado pelos conselhos da França, com quem o ódio à Casa da Áustria era o princípio dominante, o respeito pela sua própria segurança instou-o a garantir a tempo a assistência duvidosa dos luteranos contra uma guerra próxima e esmagadora. inimigo. Grandes dificuldades, no entanto, opuseram-se a esta união, porque a antipatia dos luteranos pelos reformados era pouco menor do que a aversão comum de ambos aos romanistas. Foi feita uma primeira tentativa de conciliar as duas profissões, a fim de facilitar uma união política; mas todas estas tentativas falharam e geralmente terminaram com ambas as partes aderindo ainda mais fortemente às suas respectivas opiniões. Nada restou então senão aumentar o medo e a desconfiança dos evangélicos, e desta forma impressionar lhes a necessidade desta aliança. O poder dos católicos romanos e a magnitude do perigo foram exagerados, os incidentes acidentais foram atribuídos a planos deliberados, as ações inocentes deturpadas por construções invejosas, e toda a conduta dos professores da antiga religião foi interpretada como o resultado de uma boa conduta. plano ponderado e sistemático, que, com toda a probabilidade, estavam muito longe de ter sido concertados.

A Dieta de Ratisbona, que os protestantes esperavam com a esperança de obter uma renovação da paz religiosa, foi desfeita sem chegar a uma decisão, e às antigas queixas do partido protestante foi agora adicionada a opressão tardia de Donauwerth. Com uma velocidade incrível, a união, há tanto tempo tentada, foi agora posta em prática. Uma conferência ocorreu em Anhausen, na Francônia, na qual estiveram presentes o Eleitor Frederico IV, do Palatinado, o Palsgrave de Neuburg, dois Margraves de Brandemburgo, o Margrave de Baden, e o Duque João Frederico de Wirtemburg, - Luteranos como bem como os calvinistas - que, para si e para seus herdeiros, formaram uma estreita confederação sob o título de União Evangélica. O objetivo desta união era que os príncipes aliados deveriam, em todas as questões

relacionadas com a religião e os seus direitos civis, apoiarem-se uns aos outros com armas e conselhos contra cada agressor, e todos deveriam permanecer como um só homem; que caso algum membro da aliança seja atacado, deverá ser auxiliado pelos demais com uma força armada; que, se necessário, os territórios, cidades e castelos dos estados aliados deveriam ser abertos às suas tropas; e que, quaisquer que fossem as conquistas feitas, deveriam ser divididas entre todos os confederados, na proporção do contingente fornecido por cada um.

A direção de toda a confederação em tempos de paz foi conferida ao Eleitor Palatino, mas com poder limitado. Para fazer face às despesas necessárias, foram exigidos subsídios e criado um fundo comum. As diferenças de religião (entre os luteranos e os calvinistas) não teriam efeito sobre esta aliança, que deveria subsistir por dez anos, cada membro do sindicato empenhado ao mesmo tempo em adquirir novos membros para ele. O eleitorado de Brandemburgo adotou a aliança, o da Saxônia a rejeitou. Hesse-Cashel não pôde ser convencido a se declarar, os duques de Brunswick e Luneburg também hesitaram. Mas as três cidades do Império, Estrasburgo, Nuremberga e Ulm, não eram uma aquisição sem importância para a liga, que necessitava muito do seu dinheiro, embora o seu exemplo, além disso, pudesse ser seguido por outras cidades imperiais.

Após a formação desta aliança, os estados confederados, desanimados e isolados, pouco temidos, adotaram uma linguagem mais ousada. Através do Príncipe Cristiano de Anhalt, eles apresentaram suas queixas e exigências comuns ao Imperador; entre as quais as principais foram a restauração de Donauwerth, a abolição da Corte Imperial, a reforma da administração do próprio Imperador e de seus conselheiros. Para estes protestos, eles escolheram o momento em que o Imperador mal havia recuperado o fôlego dos problemas em seus domínios hereditários, - quando ele havia perdido a Hungria e a Áustria para Matias, e mal havia preservado seu trono da Boêmia pela concessão da Carta de Majestade, e, finalmente, quando, através da sucessão de Juliers, ele já estava ameaçado pela perspectiva distante de uma nova guerra. Não é de admirar, então, que este príncipe protelatório estivesse mais indeciso do que nunca na sua decisão, e que os confederados pegassem em armas antes que ele pudesse pensar em si mesmo.

Os católicos romanos consideravam esta confederação com olhar ciumento; a União via a eles e ao Imperador com a mesma desconfiança; o imperador suspeitava igualmente de ambos; e assim, por todos os lados, o alarme e a animosidade atingiram o seu clímax. E, como que para coroar o todo, nesta conjuntura crítica com a morte do duque João Guilherme de Juliers, uma sucessão altamente discutível ficou vaga nos territórios de Juliers e Cleves.

Oito concorrentes reivindicaram este território, cuja indivisibilidade foi garantida por tratados solenes; e o imperador, que parecia disposto a assumir o feudo vago, poderia ser considerado o nono. Quatro deles, o Eleitor de

Brandemburgo, o Conde Palatino de Neuburgo, o Conde Palatino de Deux Ponts e o Marquês de Burgau, um príncipe austríaco, reivindicaram-no como feudo feminino em nome de quatro princesas, irmãs do falecido duque. Dois outros, o Eleitor da Saxônia, da linha de Alberto, e o Duque da Saxônia, da linha de Ernesto, reivindicaram-no sob um direito anterior de reversão que lhes foi concedido pelo Imperador Frederico III, e confirmados a ambos. Casas saxãs de Maximiliano I. As pretensões de alguns príncipes estrangeiros foram pouco consideradas. A melhor direita talvez estivesse do lado de Brandemburgo e Neuburgo, e entre as reivindicações destes dois não foi fácil decidir. Ambos os tribunais, assim que vagou a sucessão, procederam à tomada de posse; Brandemburgo começando e Neuburg seguindo o exemplo. Ambos começaram a disputa com a caneta e provavelmente a teriam encerrado com a espada; mas a interferência do Imperador, ao levar a causa ao seu próprio conhecimento e, durante o andamento do processo, sequestrar os países em disputa, logo levou as partes em conflito a um acordo, a fim de evitar o perigo comum. Eles concordaram em governar o ducado conjuntamente. Em vão o Imperador proibiu os Estados de prestar homenagem aos seus novos senhores; em vão enviou o seu parente, o arquiduque Leopoldo, bispo de Passau e Estrasburgo, ao território de Juliers, a fim de, com a sua presença, fortalecer o partido imperial. Todo o país, com excepção do próprio Juliers, tinha-se submetido aos príncipes protestantes, e naquela capital os imperialistas estavam sitiados.

A disputa sobre a sucessão de Juliers foi importante para todo o império alemão e também atraiu a atenção de vários tribunais europeus. Não era tanto a questão de saber quem deveria ou não possuir o Ducado de Juliers; - a verdadeira questão era saber qual dos dois partidos religiosos na Alemanha, o católico romano ou o protestante, deveria ser fortalecido por um movimento tão importante. adesão - para qual das duas RELIGIÕES este território seria perdido ou conquistado. A questão, em resumo, era se seria permitido à Áustria perseverar nas suas usurpações e satisfazer o seu desejo de domínio através de outro roubo; ou se as liberdades da Alemanha e o equilíbrio de poder deveriam ser mantidos contra as suas invasões. A disputada sucessão de Juliers, portanto, era um assunto que interessava a todos os que eram favoráveis à liberdade e hostis à Áustria. A União Evangélica, Holanda, Inglaterra e particularmente Henrique IV. da França, foram arrastados para o conflito.

Este monarca, cuja flor da vida se despendeu na oposição à Casa da Áustria e de Espanha, e apenas através de perseverante heroísmo superou os obstáculos que esta casa tinha colocado entre ele e o trono francês, não tinha sido um espectador ocioso dos problemas em Alemanha. Esta disputa dos Estados com o Imperador foi o meio de dar e garantir a paz à França. Os protestantes e os turcos foram os dois pesos salutares que mantiveram sob controle o poder austríaco no Oriente e no Ocidente; mas levantar-se-ia

novamente em todos os seus terrores, se lhe fosse permitido remover essa pressão. Henrique IV teve diante de seus olhos durante meia vida o espetáculo ininterrupto da ambição austríaca e do desejo austríaco de domínio, que nem a adversidade nem a pobreza de talentos, embora geralmente controlem todas as paixões humanas, poderiam extinguir em um seio onde fluía uma gota de o sangue de Fernando de Arragão. A ambição austríaca destruiu durante um século a paz da Europa e efetuou as mudanças mais violentas no coração dos seus estados mais importantes. Privou os campos de lavradores, as oficinas de artesãos, para encher a terra com enormes exércitos e para cobrir o mar comercial com frotas hostis. Impôs aos príncipes da Europa a necessidade de restringir a indústria dos seus súbditos através de impostos inéditos; e de desperdiçar em autodefesa a melhor força dos seus estados, que foi assim perdida para a prosperidade dos seus habitantes. Para a Europa não houve paz, para os seus estados não houve bem-estar, para a felicidade do povo não houve segurança ou permanência, enquanto esta casa perigosa pudesse perturbar à vontade o repouso do mundo.

Tais considerações obscureceram a mente de Henry no final de sua gloriosa carreira. Quanto não lhe custou reduzir à ordem o caos conturbado em que a França foi mergulhada pelo tumulto da guerra civil, fomentada e apoiada por esta mesma Áustria! Toda grande mente trabalha pela eternidade; e que segurança tinha Henrique para a durabilidade daquela prosperidade que ele havia conquistado para a França, enquanto a Áustria e a Espanha formassem uma única potência, que de fato estava exausta no momento, mas que exigia apenas uma chance de sorte para ser rapidamente recuperada? unidos, e surgir novamente tão formidáveis como sempre. Se ele quisesse legar aos seus sucessores um trono firmemente estabelecido e uma prosperidade duradoura aos seus súbditos, este poder perigoso deveria ser desarmado para sempre. Esta foi a fonte daquela inimizade irreconciliável que Henrique jurou à Casa da Áustria, um ódio inextinguível, ardente e bem fundamentado como o de Aníbal contra o povo de Rômulo, mas enobrecido por uma origem mais pura.

As outras potências europeias tinham os mesmos incentivos para agir que Henrique, mas nem todas tinham essa política esclarecida, nem aquela coragem desinteressada para agir de acordo com o impulso. Todos os homens, sem distinção, são seduzidos por vantagens imediatas; só as grandes mentes ficam entusiasmadas com o bem distante. Enquanto a sabedoria, em seus projetos, se basear na sabedoria ou confiar em sua própria força, ela não formará nada além de esquemas quiméricos e correrá o risco de se tornar motivo de riso do mundo; mas tem sucesso certo e pode contar com ajuda e admiração quando encontra em seus planos intelectuais um lugar para a barbárie, a rapacidade e a superstição, e pode tornar as paixões egoístas da humanidade as executoras de seus propósitos.

No primeiro ponto de vista, o conhecido projeto de Henrique de expulsar a Casa da Áustria de todas as suas possessões e de dividir o despojo entre as

potências europeias merece o título de quimera, que os homens tão liberalmente lhe concederam; mas mereceu essa denominação no segundo? Nunca passou pela cabeça daquele excelente monarca, na escolha daqueles que deveriam ser os instrumentos de seus desígnios, contar com a suficiência dos motivos que animaram a si mesmo e a Sully para o empreendimento. Todos os estados cuja cooperação fosse necessária deveriam ser persuadidos a trabalhar pelos motivos mais fortes que pudessem colocar um poder político em ação. Dos protestantes na Alemanha nada mais era exigido do que aquilo que, por outros motivos, havia sido seu objetivo há muito tempo: livrar-se do jugo austríaco; dos flamengos, uma revolta semelhante dos espanhóis. Para o Papa e para todas as repúblicas italianas, nenhum incentivo poderia ser mais poderoso do que a esperança de expulsar para sempre os espanhóis da sua península; para a Inglaterra, nada mais desejável do que uma revolução que a libertasse do seu mais ferrenho inimigo. Através desta divisão das conquistas austríacas, todas as potências ganharam terras ou liberdade, novas posses ou segurança para as antigas; e à medida que todos ganhavam, o equilíbrio de poder permanecia inalterado. A França poderia magnanimamente recusar uma parte dos despojos, porque com a ruína da Áustria lucrou duplamente e seria mais poderosa se não se tornasse mais poderosa. Finalmente, sob a condição de livrar a Europa da sua presença, a posteridade de Habsburgo teria a liberdade de aumentar os seus territórios em todas as outras partes conhecidas ou ainda não descobertas do globo. Mas o punhal de Ravaillac libertou a Áustria do perigo, adiando por mais alguns séculos a tranquilidade da Europa.

Com a visão voltada para este projeto, Henry sentiu a necessidade de participar prontamente e ativamente nos importantes acontecimentos da União Evangélica e na disputada sucessão de Juliers. Os seus emissários estavam ocupados em todas as cortes da Alemanha, e o pouco que publicaram ou deixaram escapar dos grandes segredos políticos do seu mestre foi suficiente para conquistar mentes inflamadas por um ódio tão ardente à Áustria e por uma atitude tão forte. desejo de engrandecimento. A política prudente de Henrique cimentou ainda mais estreitamente a União, e a poderosa ajuda que ele se comprometeu a fornecer elevou a coragem dos confederados à mais firme confiança. Um numeroso exército francês, liderado pelo rei em pessoa, deveria enfrentar as tropas da União nas margens do Reno e ajudar na concretização da conquista de Juliers e Cleves; depois, em conjunto com os alemães, marcharia para a Itália (onde Sabóia, Veneza e o Papa já estavam preparados com um reforço poderoso) e derrubaria o domínio espanhol naquele bairro. Este exército vitorioso penetraria então pela Lombardia nos domínios hereditários dos Habsburgos; e ali, favorecidos por uma insurreição geral dos protestantes, destruíram o poder da Áustria em todos os seus territórios alemães, na Boêmia, na Hungria e na Transilvânia. Os Brabanters e os Holandeses, apoiados pelos auxiliares franceses, iriam,

entretanto, livrar-se da tirania espanhola nos Países Baixos; e assim a poderosa corrente que, pouco tempo antes, tão terrivelmente transbordara das suas margens, ameaçando subjugar nas suas águas turbulentas as liberdades da Europa, rolaria então silenciosa e esquecida por trás das montanhas dos Pirenéus.

Noutras ocasiões, os franceses gabaram-se da sua rapidez de ação, mas nesta ocasião foram superados pelos alemães. Um exército dos confederados entrou na Alsácia antes que Henrique aparecesse lá, e um exército austríaco, que o bispo de Estrasburgo e Passau havia reunido naquele bairro para uma expedição contra Juliers, foi disperso. Henrique IV. havia elaborado seu plano como estadista e rei, mas confiou sua execução a saqueadores. De acordo com o seu desígnio, nenhum estado católico romano deveria ter motivos para pensar que esta preparação visava contra si mesmo, ou para tornar sua a disputa da Áustria. A religião não deveria de forma alguma ser confundida com o assunto. Mas como poderiam os príncipes alemães esquecer os seus próprios propósitos na promoção dos planos de Henrique? Movidos como estavam pelo desejo de engrandecimento e pelo ódio religioso, seria de se supor que eles não satisfariam, em cada oportunidade que passasse, suas paixões dominantes ao máximo? Como abutres, eles se abaixaram sobre os territórios dos príncipes eclesiásticos e sempre escolheram esses países ricos como seus alojamentos, embora para alcançá-los precisassem fazer um desvio muito grande de sua rota direta. Cobravam contribuições como num país inimigo, apoderavam-se das receitas e exigiam, pela violência, o que não conseguiam obter por livre arbítrio. Para não deixar os católicos romanos em dúvida quanto aos verdadeiros objetivos da sua expedição, anunciaram, de forma bastante aberta e inteligível, o destino que aguardava a propriedade da igreja. Tão pouco teve Henrique IV. e os príncipes alemães se entendiam em seu plano de operações, tanto que o excelente rei se enganou em seus instrumentos. É uma máxima infalível que, se a política ordena um ato de violência, a sua execução nunca deve ser confiada aos violentos; e que só deve ser confiado a ele a violação da ordem por quem a ordem é considerada sagrada.

Tanto a conduta passada da União, que foi condenada até por vários estados evangélicos, como a apreensão de um tratamento ainda pior, despertaram os católicos romanos para algo além da mera indignação inativa. Quanto ao Imperador, a sua autoridade tinha caído demasiado para lhes proporcionar qualquer segurança contra tal inimigo. Foi a sua União que tornou os confederados tão formidáveis e tão insolentes; e outro sindicato deve agora opor-se a eles.

O bispo de Wurtzburg formou o plano da união católica, que se distinguia da evangélica pelo título de Liga. Os objetivos acordados eram quase os mesmos que constituíam a base da União. Os bispos constituíam seus membros principais e à sua frente foi colocado Maximiliano, duque da

Baviera. Como único membro secular influente da confederação, foram-lhe confiados poderes muito mais extensos do que os protestantes tinham confiado ao seu chefe. Além de o duque ser o único chefe do poder militar da Liga, pelo que as suas operações adquiriram uma velocidade e um peso inatingíveis pela União, tinham também a vantagem de os abastecimentos fluírem com muito mais regularidade dos prelados ricos, do que estes podiam obter. eles dos estados evangélicos pobres. Sem oferecer ao Imperador, como soberano de um estado católico romano, qualquer participação na sua confederação, sem sequer lhe comunicar a sua existência como imperador, a Liga surgiu ao mesmo tempo formidável e ameaçadora; com força suficiente para esmagar a União Protestante e manter-se sob três imperadores. Na verdade, lutou pela Áustria, na medida em que lutou contra os príncipes protestantes; mas a própria Áustria logo teve motivos para tremer diante disso.

Entretanto, as armas da União tiveram um sucesso razoável em Juliers e na Alsácia; Juliers foi fortemente bloqueado e todo o bispado de Estrasburgo estava em seu poder. Mas aqui as suas esplêndidas conquistas chegaram ao fim. Nenhum exército francês apareceu no Reno; pois aquele que seria seu líder, aquele que era a alma animadora de todo o empreendimento, Henrique IV, não existia mais! Seus suprimentos estavam diminuindo; os Estates recusaram-se a conceder novos subsídios; e as cidades livres confederadas ficaram ofendidas porque seu dinheiro deveria ser liberal, mas seus conselhos eram exigidos com tanta parcimônia. Eles ficaram especialmente descontentes por terem sido responsabilizados pela expedição contra Juliers, que havia sido expressamente excluída dos assuntos da União - por os príncipes unidos se apropriarem para si de grandes pensões do tesouro comum - e, acima de tudo, por terem recusado prestar contas de suas despesas.

A União estava assim à beira da sua queda, no momento em que a Liga começou a opor-se a ela no vigor da sua força. A falta de suprimentos impediu os confederados de manter o campo. E, no entanto, era perigoso depor as armas à vista de um inimigo armado. Para se assegurarem pelo menos de um lado, apressaram-se em concluir a paz com seu antigo inimigo, o arquiduque Leopoldo; e ambas as partes concordaram em retirar as suas tropas da Alsácia, em trocar prisioneiros e em enterrar no esquecimento tudo o que tinha sido feito. Assim terminaram em nada todos esses preparativos promissores.

O mesmo tom imperioso com que a União, na confiança da sua força, ameaçara os católicos romanos da Alemanha, foi agora retrucado pela Liga contra eles próprios e as suas tropas. Os traços de sua marcha foram apontados para eles e claramente marcados com os duros epítetos que mereciam. Os capítulos de Wurtzburgo, Bamberg, Estrasburgo, Mentz, Treves, Colónia e vários outros experimentaram a sua presença destrutiva; a todos estes o dano causado deveria ser reparado, a livre passagem por terra e por água restaurada (pois os protestantes haviam até mesmo aproveitado a navegação do Reno) e tudo recolocado em seu antigo estado. Acima de tudo, as partes da União

foram convidadas a declarar expressa e inequivocamente as suas intenções. Agora era a vez de eles cederem à força superior. Eles não haviam calculado um adversário tão formidável; mas eles próprios ensinaram aos católicos romanos o segredo da sua força. Era humilhante para o seu orgulho pedir a paz, mas eles poderiam considerar-se afortunados por consegui-la. Uma parte prometeu restituição, a outra perdão. Todos depuseram as armas. A tempestade da guerra passou mais uma vez e uma calma temporária foi bem-sucedida. Estourou então a insurreição na Boémia, que privou o Imperador do último dos seus domínios hereditários, mas nesta disputa nem a União nem a Liga tiveram qualquer participação.

Por fim, o imperador morreu em 1612, tão pouco lamentado em seu caixão quanto notado no trono. Muito tempo depois, quando as misérias dos reinados seguintes fizeram com que os infortúnios do seu reinado fossem esquecidos, uma auréola se espalhou pela sua memória, e uma noite tão terrível caiu sobre a Alemanha, que, com lágrimas de sangue, as pessoas oraram pelo retorno de tal imperador.

Rodolfo nunca foi persuadido a escolher um sucessor no império, e todos aguardavam com ansiedade a aproximação da vacância do trono; mas, além de toda esperança, Matias subiu imediatamente, e sem oposição. Os católicos romanos deram-lhe voz, porque esperavam o melhor do seu vigor e atividade; os protestantes deram-lhe a sua, porque esperavam tudo da sua fraqueza. Não é difícil conciliar esta contradição. Aquele confiou no que apareceu uma vez; o outro o julgou pelo que ele parecia no momento.

O momento de uma nova adesão é sempre um dia de esperança; e a primeira Dieta de um rei em monarquias eletivas é geralmente o seu julgamento mais severo. Todas as queixas antigas são apresentadas e novas são procuradas, para que possam ser incluídas na reforma esperada; espera-se que um mundo completamente novo comece com o novo reinado. Os importantes serviços que, durante a sua insurreição, os seus confederados religiosos na Áustria tinham prestado a Matias, ainda estavam frescos nas mentes das cidades livres protestantes e, acima de tudo, o preço que tinham exigido pelos seus serviços parecia agora servi-los. também como modelo.

Foi pelo favor dos estados protestantes na Áustria e na Morávia que Matias procurou e realmente encontrou o caminho para o trono de seu irmão; mas, apressado por suas opiniões ambiciosas, ele nunca refletiu que um caminho estava assim aberto para os Estados darem leis ao seu soberano. Esta descoberta logo o despertou da embriaguez do sucesso. Mal se tinha mostrado triunfante aos seus súbditos austríacos, depois da sua vitoriosa expedição à Boémia, já o aguardava uma humilde petição que foi suficiente para envenenar todo o seu triunfo. Eles exigiam, antes de prestar homenagem, tolerância religiosa ilimitada nas cidades e cidades mercantis, perfeita igualdade de direitos entre católicos romanos e protestantes, e uma admissibilidade plena e igual destes últimos em todos os cargos do Estado.

Em vários lugares, eles próprios assumiram esses privilégios e, contando com uma mudança de administração, restauraram a religião protestante onde o falecido imperador a havia suprimido. É verdade que Matias não teve escrúpulos em fazer uso das queixas dos protestantes para seus próprios fins contra o imperador; mas estava longe de ser sua intenção aliviá-los. Com um tom firme e resoluto, ele esperava conter, de uma vez, essas exigências presunçosas. Ele falou de seu título hereditário a esses territórios e não quis ouvir nenhuma estipulação antes do ato de homenagem. Uma submissão semelhante e incondicional foi prestada pelos seus vizinhos, os habitantes da Estíria, ao arquiduque Fernando, que, no entanto, logo teve motivos para se arrepender. Alertados por este exemplo, os Estados austríacos persistiram na sua recusa; e, para evitar serem obrigados pela força a prestar homenagem, os seus deputados (depois de instarem os seus colegas católicos romanos a uma resistência semelhante) deixaram imediatamente a capital e começaram a recrutar tropas.

Tomaram medidas para renovar a sua antiga aliança com a Hungria, atraíram os príncipes protestantes para os seus interesses e dedicaram-se seriamente a trabalhar para alcançar o seu objetivo pela força das armas.

Com as exigências mais exorbitantes dos húngaros, Matthias não hesitou em cumprir. Pois a Hungria era uma monarquia eletiva, e a constituição republicana do país justificava a si próprio as suas exigências e ao mundo católico romano as suas concessões. Na Áustria, pelo contrário, os seus antecessores exerceram prerrogativas muito mais elevadas, às quais ele não podia renunciar a pedido dos Estados sem incorrer no desprezo da Europa católica romana, na inimizade de Espanha e de Roma, e no desprezo da sua própria religião católica romana. assuntos. Seu conselho exclusivamente romano, entre o qual o bispo de Viena, Melchio Kiesel, teve a principal influência, exortou-o a ver todas as igrejas extorquidas dele pelos protestantes, em vez de conceder-lhes uma por uma questão de direito.

Mas, por azar, esta dificuldade ocorreu numa época em que o Imperador Rodolfo ainda estava vivo, e era um espectador desta cena, e que poderia facilmente ter sido tentado a empregar contra seu irmão as mesmas armas que este último havia dirigido com sucesso contra ele - a saber, um entendimento com seus súditos rebeldes. Para evitar este golpe, Matias aproveitou voluntariamente a oferta feita pela Morávia para atuar como mediador entre ele e os Estados da Áustria. Representantes de ambos os partidos se reuniram em Viena, quando os deputados austríacos pronunciaram uma linguagem que teria suscitado surpresa até no Parlamento inglês. “Os protestantes”, disseram eles, “estão determinados a não serem tratados pior no seu país natal do que um punhado de romanistas. Com a ajuda de seus nobres protestantes, Matias reduziu o imperador à submissão; onde se encontravam 80 papistas, podiam ser contados 300 barões protestantes. O exemplo de Rodolfo deveria servir de alerta para Matias. Ele deveria tomar cuidado para não perder o terrestre, ao

tentar fazer conquistas para o celestial." Como os Estados Morávios, em vez de usarem os seus poderes como mediadores para vantagem do Imperador, finalmente adoptaram a causa dos seus correligionários da Áustria; à medida que a União na Alemanha se apresentava para lhes proporcionar o seu apoio mais ativo, e como Matias temia represálias por parte do Imperador, foi finalmente compelido a fazer a declaração desejada em favor da Igreja Evangélica.

Este comportamento dos Estados Austríacos para com o seu Arquiduque foi agora imitado pelos Estados Protestantes do Império para com o seu Imperador, e eles prometeram a si próprios os mesmos resultados favoráveis. Na sua primeira Dieta em Ratisbona, em 1613, quando os assuntos mais urgentes aguardavam decisão - quando uma contribuição geral era indispensável para uma guerra contra a Turquia e contra Bethlem Gabor na Transilvânia, que, através da ajuda turca, usurpou à força a soberania daquela terra, e até ameaçaram a Hungria – surpreenderam-no com uma exigência inteiramente nova. Os votos católicos romanos ainda eram os mais numerosos na Dieta; e como tudo foi decidido por uma pluralidade de vozes, o partido protestante, por mais estreitamente unido que fosse, foi totalmente desconsiderado. A vantagem desta maioria os católicos romanos foram agora chamados a renunciar; doravante, nenhum partido religioso teria permissão para ditar ordens ao outro por meio de sua invariável superioridade. E, na verdade, se a religião evangélica fosse realmente representada na Dieta, era evidente que não deveria ser excluída da possibilidade de fazer uso desse privilégio, apenas da constituição da própria Dieta. Queixas das usurpações judiciais do Conselho Áulico e da opressão dos protestantes acompanharam esta exigência, e os deputados dos Estados foram instruídos a não tomar parte em quaisquer deliberações gerais até que uma resposta favorável fosse dada sobre este ponto preliminar.

A Dieta foi dilacerada por esta divisão perigosa, que ameaçava destruir para sempre a unidade das suas deliberações. Por mais sincero que o imperador desejasse, a exemplo de seu pai Maximiliano, preservar um equilíbrio prudente entre as duas religiões, a conduta atual dos protestantes parecia não lhe deixar nada além de uma escolha crítica entre as duas. Nas suas necessidades atuais, uma contribuição geral dos Estados era-lhe indispensável; e ainda assim ele não conseguiu conciliar uma das partes sem sacrificar o apoio da outra. Por mais inseguro que se sentisse em sua situação em seus próprios domínios hereditários, ele não podia deixar de tremer diante da ideia, por mais remota que fosse, de uma guerra aberta com os protestantes. Mas os olhos de todo o mundo católico romano, que observavam atentamente a sua conduta, os protestos dos estados católicos romanos e das cortes de Roma e da Espanha, pouco lhe permitiam favorecer os protestantes em detrimento da religião romana.

Uma situação tão crítica teria paralisado uma mente maior que a de Matias; e sua própria prudência dificilmente o teria livrado de seu dilema. Mas os interesses dos católicos romanos estavam intimamente ligados à autoridade imperial; se deixassem que isso caísse, os príncipes eclesiásticos em particular ficariam sem baluarte contra os ataques dos protestantes. Agora, então, que viram o Imperador vacilar, acharam que era hora de reafirmar sua coragem cada vez menor. Eles transmitiram-lhe o segredo da sua Liga e familiarizaram-no com toda a sua constituição, recursos e poder. Por menos reconfortante que tal revelação deva ter sido para o imperador, a perspectiva de um apoio tão poderoso deu-lhe maior ousadia para se opor aos protestantes. Suas exigências foram rejeitadas e a Dieta se desfez sem chegar a uma decisão. Mas Matias foi vítima desta disputa. Os protestantes recusaram-lhe os seus suprimentos e fizeram-no sofrer sozinho pela inflexibilidade dos católicos romanos.

Os turcos, no entanto, pareciam dispostos a prolongar a cessação das hostilidades, e Bethlem Gabor foi deixada na posse pacífica da Transilvânia. O império estava agora livre de inimigos estrangeiros; e mesmo em casa, no meio de todas essas terríveis disputas, a paz ainda reinava. Um acidente inesperado deu um rumo singular à disputa quanto à sucessão dos Juliers. Este ducado ainda era governado conjuntamente pela Casa Eleitoral de Brandemburgo e pelo Palatino de Neuburgo; e um casamento entre o Príncipe de Neuburgo e uma Princesa de Brandemburgo uniria inseparavelmente os interesses das duas casas. Mas todo o esquema foi perturbado por um tapa na orelha que, numa briga de bêbados, o Eleitor de Brandemburgo infelizmente infligiu ao seu futuro genro. A partir deste momento o bom entendimento entre as duas casas chegou ao fim. O Príncipe de Neuburg abraçou o papado. A mão de uma princesa da Baviera recompensou a sua apostasia, e o forte apoio da Baviera e da Espanha foi o resultado natural de ambos. Para garantir ao Palatino a posse exclusiva de Juliers, as tropas espanholas da Holanda marcharam para o Palatinado. Para se livrar desses convidados, o Eleitor de Brandemburgo chamou em seu auxílio os flamengos, a quem procurou propiciar abraçando a religião calvinista. Os exércitos espanhol e holandês apareceram, mas, ao que parecia, apenas para fazer conquistas para si próprios.

A guerra vizinha dos Países Baixos parecia agora prestes a ser decidida em terreno alemão; e que mina inesgotável de combustíveis estava aqui, pronta para isso! Os protestantes viram com consternação os espanhóis estabelecerem-se no Baixo Reno; com ainda maior ansiedade os católicos romanos viram os holandeses irromperem através das fronteiras do império. Era no Oeste que se esperava que a mina explodisse, há muito escavada em toda a Alemanha. Para o oeste, a apreensão e a ansiedade se voltaram; mas a faísca que acendeu a chama veio inesperadamente do Leste.

A tranquilidade que a 'Carta de Majestade' de Rodolfo II estabeleceu na Boêmia durou algum tempo, sob a administração de Matias, até a nomeação de um novo herdeiro para este reino na pessoa de Fernando de Gratz.

Este príncipe, que mais tarde conheceremos melhor sob o título de Fernando II, Imperador da Alemanha, anunciou-se, pela extirpação violenta da religião protestante dentro dos seus domínios hereditários, como um fanático inexorável do papado, e foi, consequentemente, considerado pela parte católica romana da Boêmia como o futuro pilar de sua igreja. O declínio da saúde do Imperador trouxe esta hora rapidamente; e, contando com um apoiador tão poderoso, os papistas boêmios começaram a tratar os protestantes com pouca moderação. Os vassalos protestantes dos nobres católicos romanos, em particular, sofreram o tratamento mais severo. Por fim, vários dos primeiros foram suficientemente imprudentes para falar um pouco alto das suas esperanças e, através de insinuações ameaçadoras, despertar entre os protestantes uma suspeita sobre o seu futuro soberano. Mas esta desconfiança nunca se teria transformado em violência real, se os católicos romanos se tivessem limitado a expressões gerais, e não através de ataques a indivíduos que tivessem fornecido ao descontentamento do povo líderes empreendedores.

Henry Matthias, conde Thurn, não natural da Boêmia, mas proprietário de algumas propriedades naquele reino, havia, por seu zelo pela causa protestante e um apego entusiástico ao seu país recém-adotado, conquistado toda a confiança dos utraquistas, que lhe abriu o caminho para os cargos mais importantes. Ele lutou com grande glória contra os turcos e conquistou, por meio de discursos lisonjeiros, os corações da multidão. De temperamento quente e impetuoso, que amava o tumulto porque nele seus talentos brilhavam - precipitado e imprudente o suficiente para empreender coisas que a prudência fria e um temperamento mais calmo não teriam se aventurado - inescrupuloso o suficiente, no que diz respeito à gratificação de suas paixões, para esporte com o destino de milhares de pessoas e, ao mesmo tempo, político o suficiente para manter na liderança um povo como os boêmios eram então. Ele já havia participado ativamente dos problemas da administração de Rodolfo; e a Carta de Majestade que os Estados haviam extorquido daquele Imperador deveria ser atribuída principalmente ao seu mérito. A corte confiou-lhe, como burgrave ou castelão de Calstein, a custódia da coroa da Boêmia e da carta nacional. Mas a nação colocou em suas mãos algo muito mais importante – PRÓPRIA – com o cargo de defensor ou protetor da fé. A aristocracia pela qual o Imperador era governado privou-o imprudentemente desta inofensiva tutela dos mortos, para lhe deixar toda a influência sobre os vivos. Tiraram-lhe o cargo de burgrave, ou condestável do castelo, que o tornara dependente da corte, abrindo-lhe assim os olhos para a importância do outro que restava, e ferindo a sua vaidade, que ainda era o que o tornava

ambição inofensiva. A partir desse momento ele foi movido apenas pelo desejo de vingança; e a oportunidade de gratificá-lo não demorou muito.

Na Carta Real que os Boêmios extorquiram de Rodolfo II, bem como no tratado religioso alemão, um artigo material permaneceu indeterminado. Todos os privilégios concedidos por estes últimos aos protestantes foram concebidos em favor dos Estados ou órgãos de governo, não dos súditos; pois somente para aqueles dos estados eclesiásticos foi concedida uma tolerância, e essa precária. A Carta de Majestade da Boêmia, da mesma maneira, falava apenas dos Estados e das cidades imperiais, cujos magistrados haviam conseguido obter privilégios iguais aos dos primeiros. Só estes eram livres para erguer igrejas e escolas e para celebrar abertamente o seu culto protestante; em todas as outras cidades, cabia inteiramente ao governo ao qual pertenciam determinar a religião dos habitantes. Os Estados do Império aproveitaram-se deste privilégio em toda a sua extensão; o secular, de fato, sem oposição; enquanto o eclesiástico, em cujo caso a declaração de Fernando limitou este privilégio, contestou, não sem razão, a validade dessa limitação. O que era um ponto controverso no tratado religioso ficou ainda mais duvidoso na Carta de Majestade; no primeiro, a construção não era duvidosa, mas era uma questão até que ponto a obediência poderia ser obrigatória; neste último, a interpretação ficou a cargo dos estados. Os súditos dos estados eclesiásticos da Boêmia consideravam-se titulares dos mesmos direitos que a declaração de Fernando garantiu aos súditos dos bispos alemães, consideravam-se em igualdade com os súditos das cidades imperiais, porque consideravam a propriedade eclesiástica como parte dos domínios reais. Na pequena cidade de Klostergrab, subordinada ao Arcebispo de Praga; e em Braunau, que pertencia ao abade daquele mosteiro, igrejas foram fundadas pelos protestantes e concluídas apesar da oposição dos seus superiores e da desaprovação do imperador.

Entretanto, a vigilância dos defensores tinha diminuído um pouco e o tribunal pensou que poderia aventurar-se a dar um passo decisivo. Por ordem do imperador, a igreja de Klostergrab foi demolida; que em Braunau foram calados à força e os mais turbulentos dos cidadãos foram atirados para a prisão. Uma comoção geral entre os protestantes foi consequência desta medida; um forte clamor foi levantado por toda parte contra esta violação da Carta de Majestade; e o conde Thurn, animado pela vingança e particularmente convocado pelo seu cargo de defensor, mostrou-se bastante ocupado em inflamar as mentes do povo. Por sua instigação, deputados de todos os círculos do império foram convocados a Praga, para concertar as medidas necessárias contra o perigo comum. Foi resolvido fazer uma petição ao Imperador para pressionar pela libertação dos prisioneiros. A resposta do Imperador, já ofensiva aos estados, ao dirigir-se, não a eles, mas ao seu vice-rei, denunciou a sua conduta como ilegal e rebelde, justificou o que tinha sido

feito em Klostergrab e Braunau como resultado de um mandato imperial , e continha algumas passagens que podem ser interpretadas como ameaças.

O conde Thurn não deixou de aumentar a impressão desfavorável que este decreto imperial causou nas propriedades reunidas. Ele apontou-lhes o perigo em que estavam envolvidos todos os que haviam assinado a petição e procurou, trabalhando com seus ressentimentos e medos, apressá-los a tomar decisões violentas. Ter causado a sua revolta imediata contra o Imperador teria sido, até agora, uma medida demasiado ousada. Foi apenas passo a passo que ele os levaria a esse resultado inevitável. Ele considerou, portanto, aconselhável primeiro dirigir sua indignação contra os conselheiros do Imperador; e para esse fim circulou um relatório informando que a proclamação imperial havia sido redigida pelo governo em Praga e apenas assinada em Viena. Entre os delegados imperiais, os principais objetos do ódio popular, estavam o Presidente da Câmara, Slawata, e o Barão Martinitz, eleito no lugar do Conde Thurn, Burgrave de Calstein. Ambos já haviam, há muito tempo, demonstrado abertamente seus sentimentos hostis para com os protestantes, recusando-se sozinhos a estar presentes na sessão em que a Carta de Majestade foi inserida na constituição da Boêmia. Na época foi feita uma ameaça de responsabilizá-los por cada violação da Carta de Majestade; e a partir desse momento, qualquer mal que tenha acontecido aos protestantes foi atribuído, e não sem razão, à sua conta. De todos os nobres católicos romanos, estes dois trataram os seus vassalos protestantes com a maior severidade. Eles foram acusados de caçá-los com cães durante a missa e de tentar levá-los ao papado negando os ritos de batismo, casamento e sepultamento. Contra dois personagens tão impopulares, a indignação pública foi facilmente despertada, e eles foram designados para um sacrifício à indignação geral.

No dia 23 de maio de 1618, os deputados apareceram armados, e em grande número, no palácio real, e forçaram a entrada no salão onde os comissários Sternberg, Martinitz, Lobkowitz e Slawata estavam reunidos. Em tom ameaçador, exigiram que cada um deles soubesse se ele havia participado ou consentido na proclamação imperial. Sternberg os recebeu com compostura, Martinitz e Slawata com desafio. Isto decidiu o destino deles; Sternberg e Lobkowitz, menos odiados e mais temidos, foram conduzidos pelo braço para fora da sala; Martinitz e Slawata foram capturados, arrastados até uma janela e precipitados de uma altura de 25 metros na trincheira do castelo. A criatura deles, o secretário Fabricius, foi atirada atrás deles. Este modo singular de execução despertou naturalmente a surpresa das nações civilizadas. Os boêmios justificaram isso como um costume nacional e não viram nada de notável em todo o caso, exceto que qualquer um deveria ter se levantado são e salvo após tal queda. Um monturo, onde os comissários imperiais foram depositados, salvou-os de ferimentos.

Não era de se esperar que esse modo sumário de proceder aumentasse muito a preferência das partes junto ao Imperador, mas essa era exatamente a

posição para a qual o Conde Thurn desejava levá-los. Se, por medo do perigo incerto, eles tivessem se permitido tal ato de violência, a expectativa certa de punição e a necessidade agora urgente de se tornarem seguros os mergulhariam ainda mais profundamente na culpa. Através deste ato brutal de auto reparação, não foi deixado espaço para a irresolução ou o arrependimento, e parecia que um único crime só poderia ser absolvido através de uma série de violências. Como o ato em si não poderia ser desfeito, nada restou senão desarmar a mão do castigo. Trinta diretores foram nomeados para organizar uma insurreição regular. Apoderaram-se de todos os cargos de Estado e de todas as receitas imperiais, colocaram ao seu próprio serviço os funcionários reais e os soldados e convocaram toda a nação boémia para vingar a causa comum. Os jesuítas, que o ódio comum acusou de serem os instigadores de todas as opressões anteriores, foram banidos do reino, e os Estados consideraram necessário justificar esta dura medida num manifesto formal. Estas várias medidas foram tomadas para a preservação da autoridade real e das leis – a linguagem de todos os rebeldes até que a sorte decidisse a seu favor.

A emoção que a notícia da insurreição da Boêmia despertou na corte imperial foi muito menos viva do que tal informação merecia. O imperador Matias não era mais o espírito resoluto que antigamente procurava seu rei e mestre no seio de seu povo e o arremessou de três tronos. A confiança e a coragem que o animaram numa usurpação abandonaram-no numa legítima defesa. Os rebeldes da Boémia tinham primeiro pegado em armas e a natureza das circunstâncias levou-o a juntar-se a eles. Mas ele não podia esperar limitar tal guerra à Boémia. Em todos os territórios sob o seu domínio, os protestantes estavam unidos por uma simpatia perigosa – o perigo comum da sua religião poderia subitamente combiná-los todos numa república formidável. O que ele poderia opor a tal inimigo, se a porção protestante de seus súditos o abandonasse? E não se esgotariam ambas as partes numa guerra civil tão ruinosa? Quanto estaria em jogo se ele perdesse; e se ele vencesse, quem mais ele destruiria senão seus próprios súditos?

Considerações como estas inclinaram o Imperador e o seu conselho a concessões e medidas pacíficas, mas foi neste mesmo espírito de concessão que, como outros diriam, estava a origem do mal. O arquiduque Fernando de Gratz felicitou o imperador por um acontecimento que justificaria aos olhos de toda a Europa as medidas mais severas contra os protestantes boêmios. “Desobediência, ilegalidade e insurreição”, disse ele, “sempre andaram de mãos dadas com o protestantismo. Todos os privilégios concedidos aos Estados por ele e pelo seu antecessor não tiveram outro efeito senão aumentar as suas exigências. Todas as medidas dos hereges foram dirigidas contra a autoridade imperial. Passo a passo, eles avançaram de desafio em desafio até esta última agressão; em pouco tempo atacariam todos os que restassem para serem atacados, na pessoa do Imperador. Só nas armas havia alguma

segurança contra tal inimigo – a paz e a subordinação só poderiam ser estabelecidas sobre as ruínas dos seus perigosos privilégios; a segurança para a crença católica só seria encontrada na destruição total desta seita. Incerto, é verdade, poderia ser o acontecimento da guerra, mas inevitável seria a ruína se fosse predeterminada. O confisco das terras dos rebeldes iria indenizá-los ricamente pelas suas despesas, enquanto o terror da punição ensinaria aos outros estados a sabedoria de uma pronta obediência no futuro." Seriam os protestantes da Boémia os culpados, se se armassem a tempo contra a aplicação de tais máximas? Além disso, a insurreição na Boêmia foi dirigida apenas contra o sucessor do imperador, e não contra ele mesmo, que nada fizera para justificar o alarme dos protestantes. Para excluir este príncipe do trono da Boêmia, as armas já haviam sido empunhadas sob Matias, embora, enquanto este imperador viveu, seus súditos tivessem se mantido dentro dos limites de uma aparente submissão.

Mas a Boémia estava em armas e, desarmado, o imperador não ousou sequer oferecer-lhes a paz. Para este efeito, a Espanha forneceu ouro e prometeu enviar tropas da Itália e dos Países Baixos. O conde Bucquoi, natural da Holanda, foi nomeado generalíssimo, porque nenhum nativo era confiável, e o conde Dampierre, outro estrangeiro, comandou sob seu comando. Antes de o exército entrar em campo, o Imperador esforçou-se por chegar a um acordo amigável, através da publicação de um manifesto. Nisto ele assegurou aos boêmios, "que ele considerava sagrada a Carta de Majestade - que ele não havia formado nenhuma resolução hostil à sua religião ou aos seus privilégios, e que seus preparativos atuais lhe foram impostos por eles mesmos. Assim que a nação depusesse as armas, ele também dispersaria o seu exército." Mas esta carta graciosa não teve efeito, porque os líderes da insurreição conseguiram esconder do povo as boas intenções do Imperador. Em vez disso, eles circularam os relatórios mais alarmantes do púlpito e através de panfletos, e aterrorizaram a população iludida com ameaças de horror de outro São Bartolomeu que existia apenas na sua própria imaginação. Toda a Boêmia, com exceção de três cidades, Budweiss, Krummau e Pilsen, participou nesta insurreição. Estas três cidades, habitadas principalmente por católicos romanos, foram as únicas que tiveram a coragem, nesta revolta geral, de resistir ao Imperador, que lhes prometeu ajuda. Mas não poderia escapar ao conde Thurn, quão perigoso era deixar em mãos hostis três lugares de tamanha importância, que manteriam sempre aberta para as tropas imperiais uma entrada no reino. Com pronta determinação, ele apareceu diante de Budweiss e Krummau, na esperança de aterrorizá-los e levá-los a se render. Krummau se rendeu, mas todos os seus ataques foram firmemente repelidos pela Budweiss.

E agora também o Imperador começou a mostrar mais seriedade e energia. Bucquoi e Dampierre, com dois exércitos, atacaram os territórios da Boémia, que trataram como um país hostil. Mas os generais imperiais consideraram a

marcha para Praga mais difícil do que esperavam. Cada passagem, cada posição menos sustentáveis, devia ser aberta pela espada, e a resistência aumentava a cada novo passo que davam, pois os ultrajes das suas tropas, constituídas principalmente por húngaros e valões, levaram os seus amigos à revolta e os seus inimigos desesperar. Mas mesmo agora que as suas tropas tinham penetrado na Boémia, o imperador continuava a oferecer a paz aos estados e a mostrar-se pronto para um ajustamento amigável. Mas as novas perspectivas que se abriram para eles aumentaram a coragem dos rebeldes. A Morávia abraçou seu partido; e da Alemanha apareceu-lhes um defensor igualmente intrépido e inesperado, na pessoa do conde Mansfeld.

Os chefes da União Evangélica permaneceram silenciosos, mas não como espectadores inativos dos movimentos na Boémia. Ambos lutavam pela mesma causa e contra o mesmo inimigo. No destino dos boêmios, seus confederados na fé poderiam interpretar o seu próprio; e a causa deste povo foi apresentada como uma preocupação solene para toda a união alemã. Fiéis a estes princípios, os Unionistas apoiaram a coragem dos insurgentes com promessas de assistência; e um feliz acidente permitiu-lhes agora, além das suas esperanças, realizá-los.

O instrumento pelo qual a Casa da Áustria foi humilhada na Alemanha foi Peter Ernest, Conde Mansfeld, filho de um ilustre oficial austríaco, Ernest von Mansfeld, que durante algum tempo comandou com reputação o exército espanhol na Holanda. Suas primeiras campanhas em Juliers e na Alsácia foram feitas a serviço desta casa, e sob a bandeira do arquiduque Leopoldo, contra a religião protestante e as liberdades da Alemanha. Mas insensivelmente vencido pelos princípios desta religião, abandonou um líder cujo egoísmo lhe negava o reembolso do dinheiro gasto na sua causa, e transferiu o seu zelo e uma espada vitoriosa para a União Evangélica. Aconteceu então que o duque de Sabóia, aliado da União, exigiu ajuda numa guerra contra Espanha. Eles designaram para ele seu servo recém-adquirido, e Mansfeld recebeu instruções para formar um exército de 4.000 homens na Alemanha, pela causa e a soldo do duque. O exército estava pronto para marchar no preciso momento em que as chamas da guerra irromperam na Boémia, e o duque, que na altura não necessitava dos seus serviços, colocou-o à disposição da União. Nada poderia ser mais bem-vindo para estas tropas do que a perspectiva de ajudar os seus confederados na Boémia, à custa de um terceiro. Mansfeld recebeu ordens para marchar imediatamente com esses 4.000 homens para aquele reino; e uma pretensa comissão boémia foi dada para cegar o público quanto ao verdadeiro autor desta taxa.

Este Mansfeld apareceu agora na Boêmia e, pela ocupação de Pilsen, fortemente fortificada e favorável ao Imperador, obteve uma posição firme no país. A coragem dos rebeldes aumentou ainda mais com os socorros que os Estados da Silésia enviaram em seu auxílio. Entre estes e os imperialistas travaram-se várias batalhas, longe de serem decisivas, mas apenas por isso as

mais destrutivas, que serviram de prelúdio para uma guerra mais séria. Para verificar o vigor de suas operações militares, foi iniciada uma negociação com o imperador, e mostrou-se disposição para aceitar a mediação oferecida pela Saxônia. Mas antes que o acontecimento pudesse provar quão pouca sinceridade havia nessas propostas, o Imperador foi retirado de cena pela morte.

O que Matias fez agora para justificar as expectativas que suscitou com a derrubada do seu antecessor? Valeu a pena ascender ao trono de um irmão através da culpa e depois mantê-lo com tão pouca dignidade e deixá-lo com tão pouco renome? Enquanto Matias permaneceu no trono, ele teve que expiar a imprudência pela qual o conquistou. Para gozar da dignidade régia alguns anos antes, ele acorrentou o livre exercício de suas prerrogativas. A escassa porção de independência que lhe foi deixada pelo crescente poder dos Estados foi ainda mais diminuída pelas invasões de suas relações. Doente e sem filhos, ele viu a atenção do mundo voltada para um herdeiro ambicioso que antecipava impacientemente seu destino; e que, pela sua interferência na administração que fechava, já estava abrindo a sua.

Com Matias, a linhagem reinante da Casa Alemã da Áustria foi de certa forma extinta; pois de todos os filhos de Maximiliano, apenas um estava vivo, o fraco e sem filhos arquiduque Alberto, na Holanda, que já havia renunciado às suas reivindicações à herança em favor da linhagem de Gratz. A Casa Espanhola também tinha, num vínculo secreto, renunciado às suas pretensões às possessões austríacas em nome do arquiduque Fernando da Estíria, em quem o ramo dos Habsburgo estava prestes a dar novos rebentos, e a antiga grandeza da Áustria a experimentar um renascimento.

O pai de Fernando era o arquiduque Carlos de Carniola, Caríntia e Estíria, o irmão mais novo do imperador Maximiliano II.; sua mãe, uma princesa da Baviera. Tendo perdido o pai aos doze anos de idade, foi confiado pela arquiduquesa à tutela de seu irmão Guilherme, duque da Baviera, sob cujos olhos foi instruído e educado pelos jesuítas na Academia de Ingolstadt. Quais princípios ele provavelmente absorveria em suas relações com um príncipe, que por motivos de devoção havia abdicado de seu governo, podem ser facilmente concebidos. Teve-se o cuidado de lhe apontar, por um lado, a fraca indulgência da casa de Maximiliano para com os adeptos das novas doutrinas, e os consequentes problemas dos seus domínios; por outro, as bênçãos da Baviera e o inflexível zelo religioso dos seus governantes; entre esses dois exemplos ele teve que escolher por si mesmo.

Formado nesta escola para ser um forte defensor da fé e um instrumento imediato da igreja, ele deixou a Baviera, após uma residência de cinco anos, para assumir o governo de seus domínios hereditários. Os estados de Carniola, Caríntia e Estíria, que, antes de prestar homenagem, exigiram uma garantia de liberdade religiosa, foram informados de que a liberdade religiosa não tem nada a ver com a sua lealdade. O juramento foi feito a eles sem condições e

feito incondicionalmente. Muitos anos, entretanto, se passaram até que os projetos planejados em Ingolstadt estivessem maduros para execução. Antes de tentar colocá-las em prática, ele buscou pessoalmente em Loretto o favor da Virgem e recebeu a bênção apostólica em Roma, aos pés de Clemente VIII.

Esses desígnios eram nada menos do que a expulsão do protestantismo de um país onde ele tinha a vantagem numérica e havia sido legalmente reconhecido por um ato formal de tolerância, concedido por seu pai às propriedades nobres e cavalheirescas do país. Uma concessão ratificada tão formalmente não poderia ser revogada sem perigo; mas nenhuma dificuldade poderia deter o piedoso aluno dos jesuítas. O exemplo de outros Estados, tanto católicos romanos como protestantes, que dentro dos seus próprios territórios exerceram inquestionavelmente um direito de reforma, e o abuso que os Estados da Estíria fizeram das suas liberdades religiosas, serviriam como justificação deste procedimento violento. Sob o abrigo de uma lei positiva absurda, pensava-se que os princípios da equidade e da prudência poderiam ser seguramente desprezados. Na execução desses desígnios injustos, Fernando não demonstrou, é preciso reconhecê-lo, nenhuma coragem e perseverança comuns. Sem tumulto, e podemos acrescentar, sem crueldade, ele suprimiu o serviço protestante em uma cidade após outra, e em poucos anos, para espanto da Alemanha, este trabalho perigoso foi levado a um fim bem-sucedido.

Mas, enquanto os católicos romanos o admiravam como um herói e o defensor da igreja, os protestantes começaram a unir-se contra ele como contra o seu inimigo mais perigoso. E, no entanto, a intenção de Matthias de legar-lhe a sucessão encontrou pouca ou nenhuma oposição nos estados eletivos da Áustria. Até os boêmios concordaram em recebê-lo como futuro rei, em condições muito favoráveis. Só depois, quando experimentaram a influência perniciosa de seus conselhos sobre a administração do Imperador, é que sua ansiedade foi despertada pela primeira vez; e então vários projetos, em sua caligrafia, que um infeliz acaso lançou em suas mãos, pois evidenciavam claramente sua disposição para com eles, levaram sua apreensão ao máximo. Em particular, ficaram alarmados com um pato familiar secreto com a Espanha, pelo qual, na falta de herdeiros masculinos do seu próprio corpo, Fernando legou a essa coroa o reino da Boémia, sem primeiro consultar os desejos daquela nação, e sem considerar ao seu direito de eleição livre. Também os muitos inimigos que, com as suas reformas na Estíria, aquele príncipe provocou entre os protestantes, foram muito prejudiciais aos seus interesses na Boémia; e alguns emigrantes da Estíria, que ali se refugiaram, trazendo consigo para o seu país de adopção corações transbordantes de desejo de vingança, foram particularmente ativos em acender a chama da revolta. Assim mal afetado Fernando encontrou os boêmios, quando sucedeu a Matias.

Um entendimento tão ruim entre a nação e o candidato ao trono teria provocado uma tempestade mesmo na sucessão mais pacífica; quanto mais no momento presente, antes que o ardor da insurreição tivesse esfriado; quando a nação acabava de recuperar a sua dignidade e reafirmar os seus direitos; quando ainda seguravam armas nas mãos e a consciência da unidade despertava uma confiança entusiástica em sua própria força; quando, pelo sucesso passado, pelas promessas de ajuda externa e pelas expectativas visionárias do futuro, a sua coragem se elevou a uma confiança indubitável. Desconsiderando os direitos já conferidos a Fernando, os Estados declararam o trono vago e o seu direito de eleição totalmente irrestrito. Todas as esperanças de sua submissão pacífica haviam chegado ao fim, e se Fernando ainda quisesse usar a coroa da Boêmia, teria de escolher entre comprá-la, sacrificando tudo o que tornaria uma coroa desejável, ou ganhá-la com a espada na mão.

Mas com que meios seria possível vencê-lo? Voltando os olhos para onde quisesse, o fogo da revolta estava queimando. A Silésia já havia se juntado aos insurgentes na Boêmia; A Morávia estava prestes a seguir o seu exemplo. Na Alta e na Baixa Áustria o espírito de liberdade estava despertado, como acontecera sob Rodolfo, e os Estados recusaram-se a prestar homenagem. A Hungria foi ameaçada com uma incursão do Príncipe Bethlen Gabor, do lado da Transilvânia; um armamento secreto entre os turcos espalhou a consternação entre as províncias do leste; e, para completar suas perplexidades, também os protestantes, em seus domínios hereditários, estimulados pelo exemplo geral, levantavam novamente a cabeça. Naquele trimestre, os seus números eram esmagadores; na maioria dos lugares, eles possuíam as receitas de que Fernando necessitaria para a manutenção da guerra. Os neutros começaram a vacilar, os fiéis a ficarem desanimados, os turbulentos sozinhos a ficarem animados e confiantes. Metade da Alemanha encorajou os rebeldes, a outra aguardou inativamente a questão; A assistência espanhola ainda era muito remota. O momento que lhe trouxe tudo ameaçava também privá-lo de tudo.

E quando ele agora, cedendo à dura lei da necessidade, fez aberturas aos rebeldes da Boémia, todas as suas propostas de paz foram insolentemente rejeitadas. O conde Thurn, à frente de um exército, entrou na Morávia para levar esta província, a única que continuava vacilante, a uma decisão. O aparecimento dos seus amigos é o sinal de revolta para os protestantes da Morávia. Bruenn é tomado, o restante do país cede de livre vontade, em toda a província o governo e a religião são mudados. Aumentando à medida que flui, a torrente de rebelião desce sobre a Áustria, onde um partido, com sentimentos semelhantes, a recebe com alegre concordância. Doravante, não deveria haver mais distinções de religião; a igualdade de direitos deve ser garantida a todas as igrejas cristãs. Eles ouvem que uma força estrangeira foi convidada a entrar no país para oprimir os boêmios. Que eles sejam

procurados e os inimigos da liberdade perseguidos até os confins da terra. Nem um braço é levantado em defesa do arquiduque, e os rebeldes, por fim, acampam diante de Viena para sitiar o seu soberano.

Fernando enviou seus filhos de Gratz, onde não estavam mais seguros, para o Tirol; ele próprio aguardava os insurgentes na sua capital. Um punhado de soldados foi tudo o que ele conseguiu opor à multidão enfurecida; esses poucos não tinham salário nem provisões e, portanto, tinham pouco em que confiar. Viena não estava preparada para um longo cerco. O partido dos protestantes, prontos a juntar-se a qualquer momento aos boémios, tinha a preponderância na cidade; aqueles no país já haviam começado a recrutar tropas contra ele. Já, na imaginação, a população protestante via o imperador encerrado num mosteiro, os seus territórios divididos e os seus filhos educados como protestantes. Confiando em segredo e rodeado de inimigos públicos, ele via o abismo alargar-se a cada momento para engolir as suas esperanças e até a si próprio. As balas da Boêmia já caíam sobre o palácio imperial, quando dezesseis barões austríacos entraram à força em sua câmara e, investindo contra ele com reprovações ruidosas e amargas, tentaram forçá-lo a uma confederação com os boêmios. Um deles, agarrando-o pelo botão do gibão, exigiu, em tom ameaçador: “Ferdinand, você vai assinar?”

Quem não seria perdoado se tivesse vacilado nesta situação terrível? No entanto, Fernando ainda se lembrava da dignidade de um imperador romano. Nenhuma alternativa lhe parecia ser deixada a não ser uma fuga ou submissão imediata; os leigos o incitaram para um, os padres para o outro. Se abandonasse a cidade, esta cairia nas mãos do inimigo; com Viena, a Áustria foi perdida; com a Áustria, o trono imperial. Fernando não abandonou sua capital e tão pouco ouvia falar das condições.

O arquiduque ainda está envolvido em altercação com os barões delegados, quando de repente um som de trombetas é ouvido na praça do palácio. O terror e o espanto tomam conta de todos os presentes; um relatório terrível permeia o palácio; um deputado após o outro desaparece. Muitos da nobreza e dos cidadãos refugiam-se às pressas no campo de Thurn. Esta mudança repentina é efetuada por um regimento da cavalaria de Dampierre, que naquele momento marchou para a cidade para defender o arquiduque. Um corpo de infantaria logo o seguiu; tranquilizados pela sua aparência, vários cidadãos católicos romanos, e até os próprios estudantes, pegam em armas. Um relatório que chegou na mesma época da Boêmia completou sua libertação. O general flamengo Bucquoi derrotou totalmente o conde Mansfeld em Budweiss e marchava sobre Praga. Os boémios dispersaram apressadamente o seu acampamento diante de Viena para proteger a sua própria capital.

E agora também estavam livres as passagens que o inimigo havia tomado posse, a fim de obstruir o progresso de Fernando para sua coroação em Frankfurt. Se a ascensão ao trono imperial foi importante para os planos do Rei da Hungria, teve consequências ainda maiores no momento presente,

quando a sua nomeação como Imperador proporcionaria a prova mais insuspeita e decisiva da dignidade da sua pessoa, e da justiça de sua causa, ao mesmo tempo que lhe daria uma esperança de apoio do Império. Mas a mesma cabala que se lhe opôs nos seus domínios hereditários também trabalhou para o contrariar na sua campanha pela dignidade imperial. Nenhum príncipe austríaco, afirmavam eles, deveria ascender ao trono; muito menos Fernando, o fanático perseguidor da sua religião, o escravo da Espanha e dos jesuítas. Para evitar isso, a coroa foi oferecida, ainda durante a vida de Matias, ao duque da Baviera, e na sua recusa, ao duque de Sabóia. Como se sentiu alguma dificuldade em acertar com este último as condições de aceitação, procurou-se, em todo o caso, adiar a eleição até que algum golpe decisivo na Áustria ou na Boémia aniquilasse todas as esperanças de Fernando e o incapacitasse de qualquer competição por esta dignidade. Os membros da União não deixaram pedra sobre pedra para conquistar de Fernando o Eleitorado da Saxónia, que estava ligado aos interesses austríacos; representavam a esta corte os perigos com que a religião protestante, e mesmo a constituição do império, eram ameaçadas pelos princípios deste príncipe e da sua aliança espanhola. Com a elevação de Fernando ao trono imperial, a Alemanha, afirmaram ainda, estaria envolvida nas disputas privadas deste príncipe e traria sobre si as armas da Boêmia. Mas, apesar de todas as influências opostas, o dia da eleição foi fixado, Fernando foi convocado para ela como legítimo rei da Boémia, e o seu voto eleitoral, após uma resistência infrutífera por parte dos Estados da Boémia, foi reconhecido como bom. Os votos dos três eleitorados eclesiásticos foram a seu favor, a Saxônia foi-lhe favorável, Brandemburgo não fez oposição e uma maioria decidida declarou-o imperador em 1619. Assim, ele viu a mais duvidosa de suas coroas colocada primeiro em sua cabeça; mas poucos dias depois ele perdeu aquilo que considerava um dos seus bens mais seguros. Embora tenha sido eleito imperador em Frankfurt, ele foi privado do trono da Boêmia em Praga.

Quase todos os seus domínios hereditários alemães tinham, entretanto, entrado numa aliança formidável com os boémios, cuja insolência ultrapassava agora todos os limites. Numa Dieta geral, este último, em 17 de agosto de 1619, proclamou o Imperador inimigo da religião e das liberdades da Boêmia, que por seus conselhos perniciosos havia alienado deles os afetos do falecido Imperador, havia fornecido tropas para oprimi-los. , entregou o seu país como presa a estrangeiros e, finalmente, em violação dos direitos nacionais, legou a coroa, por um pato secreto, à Espanha: declararam, portanto, que ele havia perdido qualquer título que de outra forma poderia ter tido para o coroa, e imediatamente procedeu a uma nova eleição. Como esta sentença foi pronunciada por protestantes, a sua escolha não poderia recair sobre um príncipe católico romano, embora, para salvar as aparências, algumas vozes se tenham levantado a favor da Baviera e da Sabóia. Mas as violentas animosidades religiosas que dividiram os partidos evangélico e

reformado entre os protestantes impediram por algum tempo a eleição até mesmo de um rei protestante; até que finalmente o discurso e a atividade dos calvinistas superaram a superioridade numérica dos luteranos.

Entre todos os príncipes que competiram por esta dignidade, o Eleitor Palatino Frederico V. tinha as reivindicações mais fundamentadas na confiança e gratidão dos Boêmios; e entre todos eles não havia ninguém em cujo caso os interesses privados de Estados particulares e a ligação do povo parecessem justificados por tantas considerações de Estado. Frederico V. era de espírito livre e animado, de grande bondade de coração e de régia liberalidade. Ele era o chefe do partido calvinista na Alemanha, o líder da União, cujos recursos estavam à sua disposição, um parente próximo do duque da Baviera e genro do rei da Grã-Bretanha, que poderia emprestar ele seu poderoso apoio. Todas essas considerações foram apresentadas com destaque e sucesso pelos calvinistas, e Frederico V. foi escolhido rei pela Assembleia de Praga, em meio a orações e lágrimas de alegria.

Todos os procedimentos da Dieta de Praga foram premeditados, e o próprio Frederico participou ativamente demais no assunto para se sentir surpreso com a oferta que lhe foi feita pelos boêmios. Mas agora o brilho imediato deste trono o deslumbrou, e a magnitude tanto de sua elevação quanto de sua delinquência fez sua mente fraca tremer. À maneira habitual dos espíritos pusilânimes, procurou confirmar-se no seu propósito pelas opiniões dos outros; mas essas opiniões não tinham peso para ele quando iam contra seus desejos mais acalentados. A Saxónia e a Baviera, de quem procurou aconselhamento, todos os seus irmãos eleitores, todos os que compararam a magnitude do projeto com as suas capacidades e recursos, alertaram-no do perigo para o qual estava prestes a correr. Até o rei Jaime da Inglaterra preferiu ver seu genro privado desta coroa, do que que a sagrada majestade dos reis fosse indignada por um precedente tão perigoso. Mas de que adiantava a voz da prudência contra o brilho sedutor de uma coroa? No momento da mais ousada determinação, quando rejeitam indignadamente o ramo consagrado de uma raça que os governou durante dois séculos, um povo livre atira-se nos seus braços. Confiando na sua coragem, eles o escolheram como seu líder na perigosa carreira da glória e da liberdade. Para ele, tal como para o seu defensor nato, uma religião oprimida procura abrigo e apoio contra os seus perseguidores. Poderia ele ter a fraqueza de ouvir seus medos e trair a causa da religião e da liberdade? Esta religião proclama a sua própria preponderância e a fraqueza do seu rival - dois terços do poder da Áustria estão agora em armas contra a própria Áustria, enquanto uma confederação formidável, já formada na Transilvânia, iria, através de um ataque hostil, distrair ainda mais até mesmo o fraco remanescente de seu poder. Será que incentivos como esses não conseguiriam despertar sua ambição, ou tais esperanças poderiam animar e inflamar sua resolução?

Alguns momentos de calma teriam sido suficientes para mostrar o perigo do empreendimento e a relativa inutilidade do prêmio. Mas a tentação falou aos seus sentimentos; o aviso apenas à sua razão. Foi sua infelicidade que seus conselheiros mais próximos e influentes defendessem o lado de suas paixões. O engrandecimento do poder de seu senhor abriu à ambição e à avareza de seus servos palatinos um campo ilimitado para sua satisfação; este triunfo antecipado de sua igreja acendeu o ardor dos fanáticos calvinistas. Poderia uma mente tão fraca como a de Fernando resistir às ilusões dos seus conselheiros, que exageravam os seus recursos e a sua força, tanto quanto subestimavam os dos seus inimigos; ou as exortações de seus pregadores, que anunciaram as efusões de seu zelo fanático como a inspiração imediata do céu? Os sonhos da astrologia encheram sua mente de esperanças visionárias; até o amor conspirou, com seu fascínio irresistível, para completar a sedução. "Você tinha", exigiu a Eleitora, "confiança suficiente em si mesma para aceitar a mão da filha de um rei, e tem receio de aceitar uma coroa que lhe é oferecida voluntariamente? Prefiro comer pão na tua mesa real do que festejar na tua junta eleitoral.

Frederico aceitou a coroa da Boêmia. A coroação foi celebrada com pompa sem precedentes em Praga, pois a nação exibiu todas as suas riquezas em homenagem ao seu próprio trabalho. A Silésia e a Morávia, províncias adjacentes à Boêmia, seguiram o exemplo e prestaram homenagem a Frederico. A fé reformada foi entronizada em todas as igrejas do reino; a alegria era ilimitada e o apego ao novo rei beirava a adoração. A Dinamarca e a Suécia, a Holanda e Veneza, e vários estados holandeses, reconheceram-no como soberano legítimo, e Frederico preparou-se agora para manter a sua nova aquisição.

Suas principais esperanças repousavam no príncipe Bethlen Gabor da Transilvânia. Este formidável inimigo da Áustria e da Igreja Católica Romana, não satisfeito com o principado que, com a ajuda dos turcos, havia arrancado ao seu príncipe legítimo, Gabriel Bathori, aproveitou de bom grado esta oportunidade de engrandecer-se às custas da Áustria, que hesitou em reconhecê-lo como soberano da Transilvânia. Um ataque à Hungria e à Áustria foi concertado com os rebeldes da Boémia, e ambos os exércitos deveriam unir-se diante da capital. Entretanto, Bethlen Gabor, sob a máscara da amizade, disfarçou o verdadeiro objetivo dos seus preparativos bélicos, prometendo astuciosamente ao Imperador atrair os Boémios para o trabalho, através de uma pretensa oferta de assistência, e entregar-lhe vivos os líderes da insurreição. De repente, porém, ele apareceu numa atitude hostil na Alta Hungria. Antes dele estava o terror e a devastação atrás; toda a oposição cedeu e em Presburgo ele recebeu a coroa húngara. O irmão do imperador, que governava em Viena, tremia pela capital. Ele convocou apressadamente o general Bucquoi em seu auxílio, e a retirada dos imperialistas atraiu os boêmios, pela segunda vez, diante dos muros de Viena. Reforçados por doze

mil transilvânicos, e logo depois acompanhados pelo exército vitorioso de Bethlen Gabor, eles novamente ameaçaram a capital com um ataque; todo o país ao redor de Viena foi devastado, a navegação do Danúbio foi fechada, todos os suprimentos foram cortados e os horrores da fome foram ameaçados. Fernando, chamado às pressas à sua capital por causa deste perigo urgente, viu-se pela segunda vez à beira da ruína. Mas a falta de provisões e o mau tempo finalmente obrigaram os boêmios a se aquartelarem, uma derrota na Hungria chamou de volta Bethlen Gabor e, assim, mais uma vez a sorte resgatou o imperador.

Em poucas semanas o cenário mudou e, com a sua prudência e atividade, Fernando melhorou a sua posição tão rapidamente quanto Frederico, pela indolência, arruinou a sua. Os Estados da Baixa Áustria recuperaram a sua fidelidade através da confirmação dos seus privilégios; e os poucos que ainda resistiram foram declarados culpados de lesa-majestade e alta traição. Durante a eleição de Frankfurt, ele conseguiu, por meio de representações pessoais, conquistar para sua causa os eleitores eclesiásticos, e também Maximiliano, duque da Baviera, em Munique. Toda a questão da guerra, o destino de Frederico e do Imperador, dependiam agora do papel que a União e a Liga deveriam assumir nos problemas da Boémia. Era evidentemente importante para todos os protestantes da Alemanha que o rei da Boêmia fosse apoiado, ao mesmo tempo que era igualmente do interesse dos católicos romanos evitar a ruína do imperador. Se os protestantes tivessem sucesso na Boémia, todos os príncipes católicos romanos na Alemanha poderiam tremer pelas suas posses; se falhassem, o imperador daria leis à Alemanha protestante. Assim, Fernando colocou a Liga, Frederico, a União, em movimento. Os laços de relacionamento e apego pessoal ao Imperador, seu cunhado, com quem foi educado em Ingolstadt, o zelo pela religião católica romana, que parecia estar em perigo mais iminente, e as sugestões do Os jesuítas, combinados com os movimentos suspeitos da União, levaram o duque da Baviera, e todos os príncipes da Liga, a fazerem deles a causa de Fernando.

Nos termos de um tratado com o Imperador, que assegurava ao Duque da Baviera uma compensação por todas as despesas da guerra, ou pelas perdas que pudesse sofrer, Maximiliano assumiu, com plenos poderes, o comando das tropas da Liga, que receberam ordem de marchar em auxílio do Imperador contra os rebeldes da Boêmia. Os líderes da União, em vez de atrasar por todos os meios esta perigosa coligação da Liga com o Imperador, fizeram tudo o que estava ao seu alcance para acelerá-la. Se pudessem, pensaram eles, uma vez que levassem a Liga Católica Romana a tomar parte aberta na guerra da Boémia, poderiam contar com medidas semelhantes por parte de todos os membros e aliados da União. Sem alguma medida aberta tomada pelos católicos romanos contra a União, nenhuma confederação eficaz das potências protestantes deveria ser procurada. Aproveitaram, portanto, a atual emergência dos problemas na Boémia para exigir dos Católicos Romanos a

abolição das suas queixas passadas e plena segurança para o futuro exercício da sua religião. Dirigiram esta exigência, aliás formulada em linguagem ameaçadora, ao duque da Baviera, como chefe dos católicos romanos, e insistiram numa resposta imediata e categórica. Maximiliano poderia decidir a favor ou contra eles, ainda assim o seu ponto de vista estava ganho; a sua concessão, se cedesse, privaria o partido católico romano do seu mais poderoso protetor; sua recusa armaria todo o partido protestante e tornaria inevitável uma guerra da qual eles esperavam ser os conquistadores. Maximiliano, firmemente ligado ao partido oposto por tantas outras considerações, tomou as exigências da União como uma declaração formal de hostilidades e acelerou os seus preparativos. Enquanto a Baviera e a Liga se armavam assim na causa do Imperador, foram abertas negociações para um subsídio com a corte espanhola. Todas as dificuldades com que a política indolente daquele ministério atendeu a esta exigência foram felizmente superadas pelo embaixador imperial em Madrid, o conde Khevenhuller. Além de um subsídio de um milhão de florins, que de vez em quando era distribuído por este tribunal, foi ao mesmo tempo acordado um ataque ao Baixo Palatinado, por parte dos Países Baixos espanhóis.

Durante estas tentativas de atrair todas as potências católicas romanas para a Liga, todos os esforços foram feitos contra a contraliga dos protestantes. Para este fim, era importante alarmar o Eleitor da Saxónia e as outras potências evangélicas e, consequentemente, a União foi diligente na propagação de um boato de que os preparativos da Liga tinham por objetivo privá-los das fundações eclesiásticas que tinham secularizado. Uma garantia escrita em contrário acalmou os temores do duque da Saxônia, a quem, além disso, o ciúme privado do Palatino, e as insinuações de seu capelão, que era pago pela Áustria, e a mortificação por ter sido preterido pelos boêmios na eleição ao trono, fortemente inclinada para o lado da Áustria. O fanatismo dos luteranos nunca poderia perdoar o partido reformado por ter arrastado, como eles o expressaram, tantas províncias justas para o golfo do calvinismo, e rejeitado o Anticristo Romano apenas para dar lugar a um Helvético.

Enquanto Fernando fazia todos os esforços para melhorar a situação desfavorável de seus negócios, Frederico prejudicava diariamente sua boa causa. Por sua ligação estreita e questionável com o Príncipe da Transilvânia, o aliado declarado da Porta, ele ofendeu mentes fracas; e um boato geral acusava-o de promover a sua própria ambição às custas da cristandade e de armar os turcos contra a Alemanha. Seu zelo imprudente pelo esquema calvinista irritou os luteranos da Boêmia, seus ataques à adoração de imagens enfureceram os papistas deste reino contra ele. Impostos novos e opressivos alienaram os afetos de todos os seus súditos. As esperanças frustradas dos nobres boémios esfriaram o seu zelo; a ausência de socorros estrangeiros diminuiu a sua confiança. Em vez de dedicar-se com energias incansáveis aos assuntos de seu reino, Frederico desperdiçou seu tempo em diversões; em vez

de encher seu tesouro com uma economia sábia, ele desperdiçou suas receitas com uma pompa teatral desnecessária e uma munificência equivocada. Com um descuido leviano, ele apenas olhou para si mesmo em sua nova dignidade e, no desejo inoportuno de desfrutar de sua coroa, esqueceu o dever mais urgente de prendê-la em sua cabeça.

Mas, por mais que os homens tivessem errado na opinião que tinham sobre ele, o próprio Frederico não menos calculara mal os seus recursos externos. A maioria dos membros da União considerava os assuntos da Boémia estranhos ao verdadeiro objeto da sua confederação; outros, que lhe eram devotados, ficaram intimidados pelo medo do imperador. A Saxônia e Hesse Darmstadt já haviam sido conquistadas por Fernando; A Baixa Áustria, de cujo lado se procurava um desvio poderoso, submeteu-se ao imperador; e Bethlen Gabor concluiu uma trégua com ele. Através das suas embaixadas, a corte de Viena induziu a Dinamarca a permanecer inativa e a ocupar a Suécia numa guerra com os polacos. A república da Holanda tinha muito que fazer para se defender das armas dos espanhóis; Veneza e Saxônia permaneceram inativas; O rei Jaime da Inglaterra foi surpreendido pelo artifício da Espanha. Um amigo após outro se retirou; uma esperança desapareceu após a outra – tão rapidamente, em poucos meses, tudo mudou.

Nesse ínterim, os líderes da União reuniram um exército; – o Imperador e a Liga fizeram o mesmo. As tropas deste último foram reunidas sob as bandeiras de Maximiliano em Donauwerth, as da União em Ulm, sob o comando do Margrave de Anspach. Parecia finalmente ter chegado o momento decisivo que acabaria com essas longas dissensões com um golpe vigoroso e resolveria irrevogavelmente a relação entre as duas igrejas na Alemanha. Ansiosamente na reta final estava a expectativa de ambas as partes. Quão grande foi então o seu espanto quando de repente chegou a informação da paz e ambos os exércitos se separaram sem desferir um golpe!

A intervenção da França efetuou esta paz, que foi igualmente aceitável para ambas as partes. O gabinete francês, já não influenciado pelos conselhos de Henrique, o Grande, e cujas máximas de Estado talvez não fossem aplicáveis à atual condição daquele reino, estava agora muito menos alarmado com a preponderância da Áustria, do que com o aumento que adviria. à força dos calvinistas, se a casa palatina fosse capaz de reter o trono da Boêmia. Envolvida na altura num conflito perigoso com os seus próprios súditos calvinistas, era da maior importância para a França que a fação protestante na Boémia fosse suprimida antes que os huguenotes pudessem copiar o seu perigoso exemplo. A fim, portanto, de facilitar as operações do Imperador contra os Boémios, ela ofereceu a sua mediação à União e à Liga, e efetuou este tratado inesperado, cujo artigo principal era: “Que a União deve abandonar toda a interferência nos assuntos da Boémia, e confinar a ajuda que eles poderiam conceder a Frederico Quinto, aos seus territórios palatinos. A este vergonhoso tratado, a União foi movida pela firmeza de Maximiliano e

pelo medo de ser pressionada imediatamente pelas tropas da Liga e por um novo exército imperial que estava em marcha vindo dos Países Baixos.

Toda a força da Baviera e da Liga estava agora à disposição do Imperador para ser empregada contra os Boêmios, que pela pacificação de Ulm foram abandonados à sua sorte. Com um movimento rápido, e antes que um boato sobre os procedimentos em Ulm pudesse chegar até lá, Maximiliano apareceu na Alta Áustria, quando os Estados, surpresos e despreparados para um inimigo, compraram o perdão do Imperador por meio de uma submissão imediata e incondicional. Na Baixa Áustria, o duque formou uma junção com as tropas dos Países Baixos sob o comando de Bucquoi e, sem perda de tempo, as forças imperiais e bávaras unidas, totalizando 50.000 homens, entraram na Boêmia. Todas as tropas da Boêmia, dispersas pela Baixa Áustria e pela Morávia, foram conduzidas diante deles; todas as cidades que tentaram resistência foram rapidamente tomadas de assalto; outros, aterrorizados com o relato do castigo infligido a estes, abriram voluntariamente as suas portas; em suma, nada interrompeu a carreira impetuosa de Maximiliano. O exército boêmio, comandado pelo bravo príncipe Cristiano de Anhalt, recuou para as vizinhanças de Praga; onde, sob as muralhas da cidade, Maximiliano lhe ofereceu batalha.

A condição miserável em que esperava surpreender os insurgentes justificou a rapidez dos movimentos do duque e garantiu-lhe a vitória. O exército de Frederico não chegava a 30.000 homens. Oito mil destes foram fornecidos pelo Príncipe de Anhalt; 10.000 eram húngaros, que Bethlen Gabor havia enviado para ajudá-lo. Uma incursão do Eleitor da Saxônia na Lusácia cortou todos os socorros daquele país e da Silésia; a pacificação da Áustria pôs fim a todas as suas expectativas daquele bairro; Bethlen Gabor, sua aliada mais poderosa, permaneceu inativa na Transilvânia; a União traiu sua causa ao Imperador. Nada lhe restou senão seus boêmios; e eles não tinham boa vontade para com sua causa, e sem unidade e coragem. Os magnatas da Boêmia ficaram indignados com o fato de os generais alemães serem colocados acima de suas cabeças; O conde Mansfeld permaneceu em Pilsen, distante do campo, para evitar a mortificação de servir sob o comando de Anhalt e Hohenlohe. Os soldados, carentes do necessário, ficaram desanimados; e a pouca disciplina observada deu origem a amargas queixas do campesinato. Foi em vão que Frederico apareceu no acampamento, na esperança de reavivar a coragem dos soldados com a sua presença e de despertar a emulação dos nobres com o seu exemplo.

Os Boêmios haviam começado a se entrincheirar na Montanha Branca, perto de Praga, quando foram atacados pelos exércitos Imperial e Bávaro, em 8 de novembro de 1620. No início da ação, algumas vantagens foram conquistadas pela cavalaria do Príncipe de Anhalt; mas o número superior do inimigo logo os neutralizou. O ataque dos bávaros e dos valões foi irresistível. A cavalaria húngara foi a primeira a recuar. A infantaria boêmia logo seguiu

o exemplo; e os alemães foram finalmente levados junto com eles na fuga geral. Dez canhões, que compunham toda a artilharia de Frederico, foram tomados pelo inimigo; quatro mil boêmios caíram na fuga e no campo; enquanto dos imperialistas e soldados da Liga apenas algumas centenas foram mortos. Em menos de uma hora esta ação decisiva terminou.

Frederico estava sentado à mesa em Praga, enquanto seu exército era despedaçado. É provável que ele não esperasse o ataque naquele dia, pois havia ordenado uma festa para ele. Um mensageiro o chamou da mesa para mostrar-lhe das paredes toda a cena terrível. Solicitou a cessação das hostilidades por vinte e quatro horas para deliberação; mas oito foi tudo o que o duque da Baviera lhe permitiu. Frederico aproveitou-se disso para voar à noite da capital, com sua esposa e os chefes de seu exército. Esta fuga foi tão apressada que o príncipe de Anhalt deixou atrás de si os seus documentos mais íntimos e Frederico a sua coroa. "Agora sei o que sou", disse este infeliz príncipe àqueles que tentavam confortá-lo; "Existem virtudes que só o infortúnio pode nos ensinar, e é somente na adversidade que os príncipes aprendem a conhecer a si mesmos."

Praga não ficou irremediavelmente perdida quando a pusilanimidade de Frederico a abandonou. As tropas ligeiras de Mansfeld ainda estavam em Pilsen e não participavam da ação. Bethlen Gabor poderia a qualquer momento ter assumido uma atitude ofensiva e levado o exército do imperador para a fronteira húngara. Os boémios derrotados poderão reunir-se. A doença, a fome e o mau tempo podem desgastar o inimigo; mas todas estas esperanças desapareceram antes do alarme imediato. Frederico temia a inconstância dos boémios, que provavelmente poderiam ceder à tentação de comprar, pela entrega da sua pessoa, o perdão do imperador.

Thurn, e aqueles deste partido que estavam na mesma condenação que ele, acharam igualmente inconveniente aguardar o seu destino dentro dos muros de Praga. Retiraram-se para a Morávia, com o objetivo de procurar refúgio na Transilvânia. Frederico fugiu para Breslau, onde, no entanto, permaneceu pouco tempo. De lá, ele foi transferido para a corte do Eleitor de Brandemburgo e, finalmente, refugiou-se na Holanda.

A batalha de Praga decidiu o destino da Boémia. Praga rendeu-se no dia seguinte aos vencedores; as demais cidades seguiram o exemplo da capital. Os Estados prestaram homenagem sem condições, e o mesmo foi feito pelos da Silésia e da Morávia. O imperador deixou passar três meses antes de iniciar qualquer investigação sobre o passado. Tranquilizados por esta aparente clemência, muitos dos que, a princípio, fugiram aterrorizados, reapareceram na capital. De repente, porém, a tempestade irrompeu; quarenta e oito dos mais ativos entre os insurgentes foram presos no mesmo dia e hora e julgados por uma comissão extraordinária, composta por boêmios e austríacos nativos. Destes, vinte e sete, e das pessoas comuns, um número imenso, morreram no cadafalso. Os infratores ausentes foram convocados para comparecer ao

julgamento e, não o fazendo, foram condenados à morte, como traidores e infratores contra Sua Majestade Católica, tendo suas propriedades confiscadas e seus nomes afixados na forca. As propriedades dos rebeldes que caíram no campo também foram apreendidas. Essa tirania poderia ter sido suportada, pois afetava apenas indivíduos e enquanto a ruína de um enriquecia o outro; mas mais intolerável foi a opressão que se estendeu a todo o reino, sem exceção. Todos os pregadores protestantes foram banidos do país; primeiro os boêmios e depois os da Alemanha. A "Carta de Majestade", Fernando rasgou com as próprias mãos e queimou o selo. Sete anos após a batalha de Praga, a tolerância da religião protestante dentro do reino foi totalmente revogada. Mas qualquer que fosse a violência que o imperador se permitia contra os privilégios religiosos dos seus súbditos, absteve-se cuidadosamente de interferir na sua constituição política; e embora os tenha privado da liberdade de pensamento, magnanimamente deixou-lhes a prerrogativa de se cobrarem impostos.

A vitória da Montanha Branca colocou Fernando na posse de todos os seus domínios. Até lhe conferiu maior autoridade sobre eles do que a que gozavam os seus antecessores, uma vez que a sua lealdade lhe tinha sido incondicionalmente prometida, e não existia agora nenhuma Carta de Majestade para limitar a sua soberania. Todos os seus desejos foram agora satisfeitos, superando até certo ponto as suas expectativas mais otimistas.

Estava agora em seu poder demitir seus aliados e dispersar seu exército. Se ele fosse justo, a guerra terminaria; se ele fosse magnânimo e justo, a punição também chegaria ao fim. O destino da Alemanha estava nas suas mãos; a felicidade e a miséria de milhões dependiam da resolução que ele deveria tomar. Nunca uma decisão tão grande dependeu de uma única mente; nunca a cegueira de um homem produziu tanta ruína.